

IV Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses — Coimbra, 1973

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o patrocínio do Ministério da Educação Nacional, promoveu de 4 a 7 de Dezembro último a realização do IV Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, reunião subordinada a dois temas considerados fundamentais: «Estudo de padrões para a gestão de bibliotecas, arquivos e centros de documentação» e «Os utilizadores de bibliotecas, arquivos e centros de documentação. Seu comportamento e seus perfis». Ainda durante este Encontro o Presidente da Asociación Nacional de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos, D. Hipólito Escolar Sobriño, orientou uma mesa redonda subordinada ao tema «Planeamento de serviços de bibliotecas», a qual despertou o maior interesse e suscitou uma animada troca de impressões e experiências.

A realização deste IV Encontro representa um momento significativo no longo e difícil caminho que vem sendo percorrido pelos bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses. Em 1965, a Faculdade de Letras de Coimbra promove o I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, em que são abordados problemas considerados então básicos e prementes: As regras portuguesas de catalogação. A situação dos arquivos portugueses. Os catálogos colectivos. A situação económica dos bibliotecários e arquivistas. Em 1966, a Biblioteca Nacional de Lisboa promove o II Encontro subordinado aos seguintes temas: Técnicas biblioteconómicas e arquivísticas. Missão do bibliotecário-arquivista. Depois dum intervalo de dois anos, efectua-se no Porto, em 1968, o III Encontro patrocinado pela Biblioteca Pública Municipal daquela cidade, cujos temas foram os seguintes: Catálogos ideológicos. Administração de arquivos. Apoio da documentação científica e tecnológica à planificação e desenvolvimento nacional.

O IV Encontro, realizado agora novamente em Coimbra, e que reuniu mais de 200 especialistas e 31 comunicações, significou, pela temática desenvolvida e pelo valor dos trabalhos apresentados, uma acentuada e clara evolução nas preocupações dos técnicos que em Portugal têm a responsabilidade dos serviços de informação e documentação.

As conclusões deste Encontro são a expressão nítida do importante trabalho levado a cabo durante os dias desta reunião: Necessidade do estabelecimento de padrões que possibilitem a execução de um planeamento ao nível nacional das Bibliotecas, Arquivos e Centros de documentação; Incentivação dos trabalhos relativos à normalização, de acordo com as exigências do desenvolvimento do País no campo das ciências documentais; Reconhecimento do valor da Informação Científica e Técnica; Introdução nos programas, dos diversos níveis escolares, de cursos e cadeiras de noções de técnicas documentais, com vista à formação dos utilizadores; Intensificação das relações entre os utilizadores e os técnicos da informação; Criação de guias de utilizador; Divulgação regular dos estudos, pesquisas e projectos em curso, no País, no campo da ciência da informação; Publicação de inventários dos núcleos arquivísticos existentes no País; Criação, a nível nacional, de um centro de restauro de documentos, apetrechado com modernos recursos técnicos; Realização frequente de reuniões restritas e específicas sobre arquivística e ciências documentais; Revisão e melhoria da formação do pessoal técnico superior e médio das Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação; Preparação urgente do pessoal docente para a consecução destes objectivos; Estabelecimento, a curto prazo, de categorias profissionais dos técnicos da ciência da informação, no sentido de ser criada a respectiva carreira.

As sessões de trabalho foram encerradas pelo Ministro da Educação Nacional que, depois de reconhecer a validade e o interesse da informação científica, técnica e cultural para o desenvolvimento do País, anunciou as

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

principais iniciativas que o seu Ministério pretende levar a cabo neste sector, nomeadamente: Criação e reestruturação de todas as bibliotecas de educação básica, ensino secundário, universitárias, Biblioteca Nacional, bibliotecas populares e municipais; Utilização da informática como meio de apoio às técnicas da informação e organização de cursos de iniciação documental e de sensibilização dos utilizadores. Finalmente, o Prof. Veiga Simão anunciou que estão quase concluídos os estudos relativos à licenciatura em ciências documentais, iniciativa que vem corresponder plenamente aos anseios dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses. Deste modo, a formação a nível universitário e a curto prazo de técnicos especialistas em biblioteconomia, arquivística e documentação irá reflectir-se decididamente numa melhoria da rede nacional da Informação Científica e Técnica. (M. R. Pericão e J. M. Mota de Sousa).

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

1.ª SECÇÃO — PADRÕES

N.º de ordem	Autor	Título
1	Henrique Novais Ferreira	«Da análise de custos-benefícios aplicada a centros de documentação e informação».
2	António Barata Tavares	«Aplicação dos princípios do MBO às bibliotecas e centros de documentação».
3	Maria Emília Moreira Raposo	«A possibilidade da aplicação de padrões ao processo da alfabetação de fichas. (Tentativa de cronometragem)».
4	Maria José da Silva Leal	«Alguns aspectos a considerar na problemática da organização racional dos arquivos».
5	Wanda da Fonseca Ferrão	«Plano de arquivo e recuperação de documentos».
6	Marcelino Pereira	«Tratamento dos documentos avulsos do Cabido da Sé de Coimbra, no Arquivo da Universidade».
7	Maria Alice Pereira de L. Serrano	«A formação profissional do bibliotecário. Alguns elementos para o seu estudo».
8	Maria Armanda Almeida e Sousa, Maria Alice Curado e Maria Helena Laranjeiro	«Centralização catalográfica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra».
9	Maria Teresa Pinto Mendes	«Determinação da autoria. Princípios gerais e regras básicas».
10	Ângela Maria Barcelos da Gama	«Obras de referência, de edições portuguesas, para uma Biblioteca Central de Faculdade e disponíveis no mercado livreiro».
11	Maria da Graça de Magalhães Lopo	«A difusão selectiva da informação».

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

2.ª SECÇÃO — UTILIZADORES

N.º de ordem	Autor	Título
1	Maria Manuela Cruzeiro	«Para um guia do utilizador dum serviço de documentação».
2	Mário Mota	«Utilizadores de bibliotecas técnicas especializadas. Arquivos e centros de documentação».
3	Concepción Tiple Oliveira, Maria Guiomar Coelho da Cruz e Rosalina Branca da Silva Cunha	«O utilizador duma biblioteca especializada».
4	Fernando R. Rocha	«Algumas considerações acerca da problemática actual da documentação e informação científico-técnica».
5	Zeferino Paulo e Maria Laurinda Vasconcelos	«Análise de dois levantamentos de perfis científicos e tecnológicos visando uma informação activa e antecipada».
6	Maria Tília Mendonça Machado de Araújo e José Manuel Mota de Sousa	«Contribuição da Universidade para a formação dos utilizadores».
7	Mário Alberto dos Reis Faria e Maria Isabel Ribeiro de Faria	«Bibliotecas universitárias: a Biblioteca do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra».
8	Joaquim Tomás Miguel Pereira, Laura Oliva Correia Lemos, Lucília Matos Paiva, Maria Tília Mendonça Mota de Sousa e Rosa Maria da Mouta Dias	«Tentâmen de perfil do utilizador de Bibliotecas de Departamentos da Faculdade de Ciências e Tecnologia e de Farmácia da Universidade de Coimbra».
9	Natália Nunes Rocha	«Contribuição para a determinação do perfil do leitor da Biblioteca Geral da Fundação Calouste Gulbenkian».
10	Benilde Margarida de Pinho, Zília Osório de Castro e Maria Filomena de Oliveira Nobre	«Síntese dos inquéritos realizados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian e Biblioteca Pública Municipal do Porto».
11	Maria Manuela Ferreira Neves	«Nótula acerca dos utilizadores da Biblioteca do Laboratório de Engenharia de Angola».
12	Maria Valentina Amaral S. Mendes e Isabel Vilares Cepeda	«Os utilizadores da divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa no ano de 1972».
13	Luísa A. Loup Baptista Brás	«A documentação e informação para a vulgarização agrária».
14	Marcelino Pereira	«Dez anos de leitura no Arquivo da Universidade de Coimbra. De 1963 a 1973. 1.º Semestre. (Algumas estatísticas e observações)».

3.ª SECÇÃO — LIVRES

N.º de ordem	Autor	Título
1	Isaías da Rosa Pereira	«A «pecia» em três manuscritos alcobacenses». (Resumo).
2	Avelino de Jesus da Costa	«O registo paroquial do Séc. XVI e seu tratamento arquivístico».
3	Maria do Rosário Pericão	«Deterioração, prevenção e restauro dos documentos gráficos».
4	Maria Fernanda A. Ribeiro Duarte Pacheco	«Problemática da classificação documental no Sector dos Transportes».
5	António Vítor Guerra	«A Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, centro cultural relevante da Figueira da Foz».
6	Maria Manuela da Silva Prates e Paula Hermínia F. Lopes	«Subsídios bibliográficos para a história do livro em Portugal».

Encontra-se já no prelo o volume das actas deste IV Encontro prevendo-se a sua distribuição para Outubro próximo.

I Jornadas de Informação e Documentação para o Desenvolvimento — Lisboa, 1973

Por iniciativa do Grupo de Trabalho Permanente para a Documentação e Informação Económico-Social, da Presidência do Conselho, efectuaram-se de 13 a 16 de Novembro em Lisboa, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, as I Jornadas de Informação e Documentação para o Desenvolvimento.

Fazendo eco da preocupação do Governo que, pela primeira vez, considerou no IV Plano de Fomento o problema da Informação científica e técnica e a necessidade de definir uma política nacional de informação, os organizadores procuraram nestas Jornadas promover o encontro de responsáveis nos sectores público e privado, técnicos, investigadores, colaboradores e auxiliares da informação científica e técnica. Este encontro teve como finalidade a análise das funções da informação e documentação na dinâmica do desenvolvimento.

A temática principal centrava-se na informação, repartida em subtemas de debate: diagnóstico, planeamento, desafio.

Sob a forma de conferências e mesas redondas, que apenas o foram no nome, dada a grande afluência de participantes, focaram-se, num programa pleno, problemas relativos a este tema tão na ordem do dia.

Durante as Jornadas, no Átrio da Recepção, esteve patente aos participantes uma Exposição Bibliográfica de trabalhos relacionados, directa ou indirectamente, com os problemas em questão.

Esta realização suscitou grande interesse não só da parte dos participantes mas também da da imprensa diária que deu o maior relevo ao acontecimento. Esperamos que as Jornadas tenham sido um passo em frente para o Desenvolvimento «que se pretende processo global de criação de valores humanos e não só crescimento económico...»

Procuraremos esquematizar o programa:

A — Conferências 1 — *Diagnóstico da situação dos problemas de Documentação e Informação* — Pelo Engenheiro Loll Rolling, Director do Centro de Informação e Documentação da Comissão das Comunidades Europeias. 2 — *Desafio da Informação e da Documentação com vista ao Desenvolvimento* — Pelo Dr. Georges Anderla, Professor do Instituto de Estudos Políticos e da Universidade de Paris. 3 — *Planeamento da Documentação e da Informação* — Pelo Professor Carlos Victor Penna 4 — *Informática Documentária* — Pelo Dr. Renato Vasconcelos.

B — Mesas redondas — Seus temas: 1 — *Formação* — Dr. Jorge Peixoto. 2 — *Automatização* — Dr. Seabra Lopes. 3 — *Legislação da Informação* — Dr. Ernesto de Oliveira. 4 — *Investimento na Informação* — Dr. Mário Baptista. 5 — *Normalização* — Dr. Mário Costa. 6 — *Informação e Desenvolvimento* — Dr. Emílio Rui Vilar. 7 — *Cooperação e integração* — Dr. W. van der Bruggen. 8 — *Estatística* — Eng. George van Slype.

Conferências

Diagnóstico da situação dos problemas da Documentação e Informação (1)

Eficácia e custo: Um sistema de informação tem como finalidade fornecer um meio *rápido* de organização e cedência da informação ao mais baixo preço possível.

Hoje em dia procura conseguir-se esse objectivo orientando os trabalhos em duas direcções principais:

1. «Hardware» — expressão que compreende tudo o que é maquinaria montada para produzir informação: máquinas, material de trabalho. Tem-se processado neste aspecto um grande avanço. Com base na tecnologia e nos

Nota: — Apesar da nossa boa vontade em assistir ao maior número possível de sessões, esta notícia será sempre incompleta, pelo facto de elas terem decorrido simultaneamente. Escolhemos livremente aqueles temas que mais nos agradaram, e é da nossa presença nessas conferências e mesas redondas que daremos algumas notas aos leitores.

(1) Pelo Engenheiro Loll Rolling, Director do Centro de Informação e Documentação da Comissão das Comunidades Europeias no Luxemburgo.

progressos da electrónica, procura aumentar-se a capacidade de memória, de armazenagem dos computadores; assim a resposta não será dada apenas sob forma binária, como sucedia na primeira geração de computadores, mas em transmissão fotográfica ou mesmo por meio de imagem.

Considerações sobre a rentabilidade dos computadores e a vantagem de eles trabalharem em tempo pleno. O elevado custo do aluguer só pode ser compensado por uma produção sem lacunas. Tem pois que dimensionar-se o trabalho de modo a obter uma rentabilidade em *tempo pleno*, o que em linguagem de computadores se chama «time sharing». Podem também utilizar-se as memórias periféricas que são uma espécie de *arquivo* do computador e que lhe permitem responder sobre um campo mais vasto, dar mais informações do que aquelas que no momento se encontram armazenadas no computador central. Há vários tipos de memórias de computadores: a banda magnética, a célula, o disco e outras memórias de massa.

2. «Software» — a informação tendo em vista o utilizador. O veículo desta informação é a linguagem máquina; a tendência para as linguagens especializadas, universais, é cada vez maior; estas linguagens são elaboradas por organismos independentes dos construtores de computadores (Lockheed / Recon / NASA / ESRO / AEC). A duração média de um programa para computador é de cinco anos e as firmas responsáveis pelo aluguer encarregam-se da sua permanente actualização, por meio de ensaios, de «mise au point»; haveria pois toda a conveniência na normalização de uma linguagem máquina permitindo computadores compatíveis — aqueles que falam a mesma linguagem (a linguagem de um computador da Bull não é a mesma de um da NCR ou de qualquer outra marca).

Recorrendo a uma linguagem científica, «controlada», a uma eleição dos descritores, para a indexação de livros ou revistas seriam notórias as vantagens. Para trabalhar nos computadores com eficácia é, pois, necessário um utensílio terminológico que é o *thesaurus*; no futuro prevê-se uma compatibilidade de *thesauri* pois assim a informação ficará mais barata e poderá ser partilhada por vários utilizadores. Há-os já para campos limitados do domínio da ciência e prevê-se que possam estender-se a outros ramos.

A UNESCO estabeleceu regras para a elaboração de *thesauri* e há instituições, as *clearing houses*, que recolhem os diversos *thesauri* do mundo para fazer um *thesaurus* multilingue e universal, porque os primeiros que foram feitos estavam limitados pela língua, o inglês, que não convinha para a Europa.

3. Estratégias de busca

Inclusivamente no método da recuperação da informação, os computadores fizeram grandes avanços e eles próprios podem entabular uma espécie de diálogo com o operador ou o utilizador através de terminais ou mesmo de um telefone. O computador ajustará a resposta à pergunta o melhor e mais rapidamente possível e tudo depende da maneira como esta tiver sido formulada.

Eis as várias fases de um sistema de informação:

1 — Pedido formal do utilizador ao operador.

2 — O operador introduz a pergunta tendo convertido a linguagem natural do utilizador em linguagem máquina.

3 — O computador compara cada termo com o *thesaurus*, rejeita os desconhecidos, corrige (isto é uma inovação, antigamente feita pelo documentalista), e dá ao operador depois de corrigidos um certo número de termos hierárquica ou semanticamente ligados.

4 — O operador escolhe esses termos e combina-os logicamente.

5 — O computador afixa o número de referências encontradas para cada artigo (termos de indexação, descrições bibliográficas, títulos e resumos).

6 — O operador formula juízos de pertinência; estes, positivos ou negativos são introduzidos no terminal.

7 — O computador compara a pergunta (ajustada) com o ficheiro global e, como resultado, envia uma lista de referências classificadas por probabilidade de pertinência decrescente em direcção ao utilizador.

O conferente depois de ter dado as imensas possibilidades teóricas da informação através do computador, conclui que o utilizador americano já sente a necessidade da informação e paga-a, enquanto que na Europa o

utilizador não sente essa necessidade e tem a barragem dos nacionalismos, o problema das várias línguas. Propõe duas soluções para recuperar este atraso:

- 1 — Estabelecer terminais com os Estados Unidos (já os há para informações de Medicina e Química).
- 2 — Criar rapidamente uma rede documental multilingue para a Europa. A C.E.E. está a encarar esta hipótese e solicita colaborações.

O desafio da Informação com vista ao Desenvolvimento (1)

Depois de afirmar que não era nem especialista da informação nem da documentação, mas economista, Georges Anderla começou por indicar as suas descobertas neste domínio, como sequência dos estudos que lhe foram facilitados pela OCDE (2).

A explosão da informação verificada nos últimos dez anos criou problemas de todas as ordens, pois há uma necessidade cada vez maior de organizar, seleccionar e difundir grande quantidade de dados. O desenvolvimento foi de tal modo rápido que os organismos interessados como a UNESCO, OCDE, Mercado Comum, não podendo tratar desse problema e necessitando de planear com base numa previsão, encarregaram o autor de a fazer para os próximos vinte anos.

Utilizada toda uma metodologia nova concluiu que as taxas de crescimento e dinâmica da informação (os problemas relativos à criação, transferência e utilização) são subestimadas e que, na difusão de resumos ou *abstracts* de artigos escritos, há muitas repetições. Apesar de todo este crescimento, os investigadores não encontram, muitas vezes, o que precisam. Há uma falta considerável de informações seguras e pertinentes que sejam directamente utilizáveis. Hoje em dia todo o homem de ciência dedica em média um sexto do seu tempo a encontrar e reunir conhecimentos de que necessita. Tudo isto porque os serviços de documentação não são adequados às necessidades dos utilizadores.

Urge que os governos lutem por uma política global da informação, ao serviço do desenvolvimento da sociedade futura.

Previsões relativas ao crescimento e automatização da informação.

As diferentes ciências não participam uniformemente deste crescimento, que acelera a produção de informação, mas as novas disciplinas científicas (bioquímica, tecnologia, etc.) desenvolvem-se consideravelmente. Utilizando diversos métodos, foi possível elaborar previsões quantitativas e qualitativas para os próximos quinze anos; assim, nessa data a produção e difusão de informações atingirão um ritmo de 12 a 14 milhões de documentos por ano (isto é, o sêxtuplo do ritmo actual). Os quatorze-quinze anos mais próximos serão os anos decisivos para a *penetração* da informação por toda a parte (no atelier, no escritório, na empresa, no município ou nas casas particulares), e tudo isto porque a informação científica terá mudado de natureza e tornar-se-á sinónimo de conhecimento. Nesta altura a informação científica aparecerá como um recurso essencial, tão fundamental como a *matéria* ou a *energia*; será global e satisfará todas as necessidades.

Esta evolução prossegue paralelamente à implantação de tecnologias novas que levam à automatização, e só uma automatização agressiva permitirá fazer face a tal avalanche. Será preciso multiplicar por 50 ou 100 o número e a capacidade de tratamento de sistemas actualmente operacionais para se fazer uma ideia do número dos sistemas informativos por volta de 1985. Até lá, o crescimento global da informação atingirá uma taxa de 12,5% por ano.

Nos nossos dias os processos tradicionais de tratamento da informação são ainda, em média, menos onerosos, mas o seu custo aumentará rapidamente com o aumento dos salários e o crescimento previsto da informação; daí que, por volta de 1980, a solução da automatização apareça como a mais vantajosa; nessa altura a informação científica escapará ao controle dos homens de ciência para passar ao plano nacional. A tal nível, a informação científica, parte integrada na informação geral, será uma das actividades principais de cada país. Será esta uma nova era da Informação Científico-Técnica.

(1) Pelo Dr. Georges Anderla, Professor do Instituto de Estudos Políticos e da Universidade de Paris.

(2) Este assunto aparece tratado num artigo do autor (Cf.: ANDERLA, Georges — *L'avenir de l'information: un défi pour les gouvernements et la société*. «L'Observateur de l'OCDE», Paris (63) Abr. 1973, p. 27-32.

Informática documentária (1)

O computador na actividade documental.

A informática — neologismo criado em 1962 — técnica do tratamento automático e racional da informação, deverá ser encarada como um meio.

A informação no seu significado mais lato engloba toda a forma de expressão e é a base da comunicação humana. Pode decompor-se em: forma e conteúdo (interpretação); orientada no sentido do Homem utiliza dois tipos distintos de símbolos: escrita (letras) e números.

A necessidade de efectuar contagem levou ao aparecimento do ábaco; Pascal concebeu o primeiro calculador efectivo de secretária; seguiu-se Leibnitz, e no século XVIII as descobertas (marmitta de Papin e a primeira máquina de Wattson) conduziram a uma mecanização; passou-se à era da máquina. A máquina que pela primeira vez trabalhou com cartões perfurados foi utilizada em 1848 para o recenseamento dos Estados Unidos. As exigências da 2.^a Guerra Mundial, devido à necessidade de cálculos balísticos, criaram o N.R. mais aperfeiçoado e que foi o pai dos computadores. Devido ao seu alto preço, não teve grande saída e a UNIVAC e a IBM começaram a representar os computadores (produziam mais rapidamente que o homem); o computador alargou o seu campo de acção com o aparecimento dos transistores e, com o seu desenvolvimento, surge a informática.

Mas, para além da máquina, é necessário um suporte.

Dão-se ao utilizador meios de comunicação simplificados e deixa-se à máquina o trabalho de rotina.

A informação é sujeita a um determinado número de actividades: aquisição, controle, armazenagem, distribuição; o conjunto destas actividades, quando aplicadas à informação, constitui a «Information story retrieval».

A maneira mais rápida e barata de obter uma informação é perguntar ao Homem que sabe, mas tal Homem nem sempre pode dar tal informação. Há pois necessidade de a guardar nos vários suportes: ficha, gravura, banda magnética, cinema, vídeo (*input* da informação); mas a informação não é estática, é essencialmente dinâmica, é para ser utilizada, daí o *output* da informação. Os diferentes aspectos da procura por parte do utilizador levantam o problema do modo como deverá ser arquivada. Põem-se dois termos: 1 — Documento sustentáculo da informação, 2 — Volume, objecto físico onde está armazenada. O que é importante é a velocidade de acesso e a precisão da informação.

Descritores — são palavras ou grupos de palavras que servem para classificar ou indexar os documentos.

Os programas até agora têm sido mais ou menos orientados para resolver os problemas comerciais normais. Hoje em dia verificou-se que também se pode fazer trabalhar o computador com a *palavra*. Nos últimos anos foram efectuadas várias realizações. Na Europa há basicamente três programas para o tratamento dos textos: 1 — O «Golem» da Siemens, desenvolvido na Alemanha e utilizado nos últimos Jogos Olímpicos; 2 — O «Mistral» da C.I.I. desenvolvido em França; 3 — O «Stars», de concepção americana e desenvolvido na Europa; está a ser aperfeiçoado pela IBM.

O «Stars» começou a ser utilizado em Março ou Abril de 1962, mas este ano sofreu modificações devido ao facto de deixar de utilizar a memória real em proveito da virtual.

O conferencista terminou pela análise pormenorizada do programa «Stars» e seu modo de funcionamento.

Mesas Redondas*Formação* (2)

Os tópicos desta mesa redonda, previamente distribuídos pelos participantes, incidiram sobretudo numa análise da situação, formas curriculares futuras, remunerações e conclusões.

(1) Pelo Dr. Renato Vasconcelos.

Utiliza-se a expressão *informática documentária* de preferência a *documentação automática* pois tal conjunto implica qualquer coisa que trabalha só por si enquanto que *informática documentária* é uma automatização parcial.

(2) Orientada pelo Dr. Jorge Peixoto — 1.º Bibliotecário na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e professor do Curso de Bibliotecário-Arquivista.

1. *Análise da situação actual*

No primeiro ponto o Dr. Jorge Peixoto, depois da análise da situação actual e da prospecção do mercado de trabalho até 1980, fez ressaltar especialmente a escassez de pessoal preparado para trabalhar na documentação, e a necessidade da preparação de técnicos à altura de satisfazer e resolver os problemas que a informação científica e técnica porá num futuro muito próximo. Esta falta é manifesta nas Universidades, bibliotecas públicas, centros coordenadores de informação, bibliotecas escolares, etc. Há pessoal, simplesmente não é qualificado.

Como totais gerais serão até esta data precisos 1 650 técnicos. Como se hão-de resolver estes problemas?

Para a preparação profissional de técnicos especialistas da informação científica (Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) há de momento em actividade dois cursos, como formas de preparação básica:

1 — O curso de Bibliotecário-Arquivista de Coimbra, processado na Faculdade de Letras desta Universidade e aberto a diplomados com um curso superior de nível universitário. A sua duração é de dois anos, findos os quais é obrigatório um estágio de seis meses, que poderá ser feito no Arquivo ou Biblioteca Geral da Universidade, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, ou na Biblioteca Nacional de Lisboa.

2 — O Estágio para a preparação técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, criado pelo Decreto-Lei 49 009. Este Estágio está na dependência directa da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais e realiza-se em bibliotecas e arquivos a designar pelo Ministro da Educação Nacional. Compreende três períodos, numa duração total de dezoito meses e, para a sua frequência, é exigido um curso superior, à semelhança do de Coimbra.

Todavia, nem um nem outro podem preparar convenientemente. O curso de Coimbra foi decalcado de um modelo francês, na altura já ultrapassado. Quanto ao de Lisboa, a intenção do legislador que o criou com a inclusão de disciplinas tão necessárias, foi sem dúvida boa, mas não se fez a especialização que hoje se exige, entre a preparação diferente de um arquivista e de um documentalista.

Há neste momento em Portugal dois grandes tipos de técnicos da informação:

Os que receberam a preparação dos cursos tradicionais (Curso de Coimbra e Estágio de Lisboa) acima referidos; e aqueles a que poderemos chamar autodidactas, com uma cultura básica de nível universitário.

Se acrescentarmos à deficiência de preparação já focada a escassa remuneração do pessoal técnico, teremos completado a análise das causas da actual situação.

2. *Formas curriculares futuras*

Para o pessoal superior e médio foram então propostas formas curriculares futuras, partindo de dois níveis básicos de preparação do pessoal.

O pessoal superior — Quais as instituições que devem dar a graduação? A Universidade, sem dúvida, pois, apesar dos seus defeitos, é ela ainda a única instituição capaz. Quanto às habilitações exigidas para ingresso, há necessidade de um curso de nível universitário.

O pessoal médio — Focou-se com insistência o problema da formação de pessoal médio, cuja admissão se deveria processar noutros moldes. Com preparação adequada, estas unidades de trabalho poderiam libertar o bibliotecário para tarefas específicas. É exigível, pelo menos, o curso geral dos liceus ou equivalente, seguido de cursos regulares de graduação.

Quais os programas para ambos os cursos? Na preparação do pessoal superior deveria haver duas fases, primeiramente o estudo de todas as disciplinas básicas: normalização, catalogação, classificação e, partindo desta base, seguir-se-ia uma fase de especialização, de acordo com a necessidade do trabalho e o interesse dos alunos. Seriam concedidos graus académicos baseados numa necessidade cada vez maior de estabelecer carreiras definidas dedicadas à informação, à docência, à investigação, etc.. Partir-se-ia de critérios selectivos muito cerrados, de modo a que só aos melhores fosse dado o acesso, e os post-graduados alargariam os seus conhecimentos por meio de estágios no estrangeiro, visitas de estudo, reuniões internacionais, etc..

Quanto ao pessoal médio seria conveniente ministrar-lhe uma preparação de tipo genérico: catalogação descritiva, alfabetação e outras tantas tarefas elementares executadas sob a orientação directa do bibliotecário.

Insistiu-se depois na questão fulcral das remunerações e propôs-se que os técnicos com preparação especializada fossem equiparados aos docentes do ensino superior.

Depois de várias intervenções dos participantes, chegou-se às conclusões seguintes: Necessidade de:

- 1) Uma preparação básica a partir da escola, ciclo, etc..
- 2) Preparação de professores a nível internacional e segundo programas pilotos.
- 3) Programas pilotos para os empresários.
- 4) Estudo sobre o desenvolvimento actual do estudo da informação.
- 5) Estudo das estruturas actuais existentes.
- 6) Comparabilidade internacional dos cursos de formação, para escolher o curso mais adequado.
- 7) Projectos específicos de formação de especialistas (cursos intensivos) destinados à informação técnica, etc..

Investimento na informação (1)

O conceito de informação é muito vasto. O seu âmbito semântico deve ser decomposto em unidades informativas desde a fase da produção, organização, difusão e *assimilação* da informação.

Há uma certa disparidade e imprecisão dos conceitos e da classificação dos gastos sob os pontos de vista administrativo e contabilístico. Não está bem definido o preço e o valor da informação. Alguma coisa deve ser feita de modo a determinar o que é informação em termos de gastos e considerá-la numa secção independente dentro do Orçamento Geral do Estado. Há necessidade de definir uma política de informação para, com base nela, se poder contabilizar. No orçamento nacional haveria conveniência em criar uma rubrica suficientemente clara para este tipo de investimento pois é essencial para o país. O que distingue os países é a sua *capacidade* e ela está intimamente ligada à informação.

Não há formação do utilizador, não há iniciação nem a nível universitário, técnico ou médio. Tal problema é gravíssimo, pois leva à falta de utilizadores. Há necessidade de uma campanha de mobilização dos utilizadores potenciais. É preciso despertar a clientela da informação, sensibilizar as massas.

Concluindo: Quando se faz investimento, há que torná-lo o mais rentável possível e ao definir-se a estratégia de uma aplicação do investimento há que fazê-lo numa perspectiva de «marketing».

O que se tem feito é diagnóstico, que já começa a ser demasiado, portanto há necessidade urgente de soluções.

Informação e Desenvolvimento (2)

Que desenvolvimento? Desenvolvimento que vise o bem comum, com implicações de orientação moral.

O que é desenvolvimento? Desenvolvimento não é crescimento, mas processo global do Homem e da sociedade, pela destruição das estruturas opressivas e injustas, estruturas essas que poderão ser de limitação física, como a fome, ou moral, como a liberdade.

Não basta, pois, a informação em sentido técnico, mas como um direito, o direito que todo o homem deve ter a uma informação verdadeira e exacta.

A informação não é apenas um factor de desenvolvimento, mas ela própria é uma condição para o desenvolvimento.

Desenvolvimento é: 1 — informar-se; 2 — lutar contra as injustiças; 3 — agir.

As Nações Unidas reconhecem a informação livre como a pedra de toque de todas as liberdades e direitos do Homem.

Informação e vida privada — O respeito pela vida de cada um tem que contrapor-se à necessidade de informação colectiva: a minha doença pode trazer informação útil para o tratamento de outros doentes, o meu acidente de automóvel pode trazer informação sobre trânsito, etc..

Não pode viver-se sem informação. A informação transforma-se pois em bem de consumo mas também em produção. Daí que haja o «marketing» da informação, a indústria da informação.

(1) Orientada pelo Dr. Mário Baptista da CETAME.

(2) Orientada pelo Dr. Emílio Rui Vilar — Director Geral da SONACIN — Lisboa.

Informação e vida colectiva — O crescimento é hoje um fenómeno imposto, não natural. Há modificações radicais, transformações de monta nas transferências internacionais, no crescimento urbano, na educação, na preocupação da poluição. Este processo exige produtividade e rapidez. A informação pode ser encarada como bem de consumo, forma de energia, produto que tem preço.

A informação é absolutamente necessária para qualquer centro de desenvolvimento. Houve uma tomada de consciência da parte dos governos e instituições, que lhes permitiu considerá-la indispensável para motivar, estimular, dinamizar socialmente as pessoas, criando condicionalismos de base favoráveis a determinadas exigências.

Problemática da informação — Escassez e *gaspillage*. Escala mal definida de prioridade. Dispersão de esforços. Assimetrias. Espírito de *capela* na informação. Isolamento. Sectores limitados dispendo de pessoal preparado. Falta de profissionais que permitam aproveitar os recursos adquiridos. Escassez e mau aproveitamento dos recursos existentes pois: 1) Só a nível elevado se pode encontrar uma boa aplicação para a informação; 2) Só o Estado deve e pode ser responsabilizado por uma política global da informação; 3) Essa política de informação deve ser o elemento para que se possa conciliar informação e desenvolvimento.

Há toda uma série de princípios a respeitar numa política de informação: a) Respeito pelos valores humanos; b) Respeito pelo bem comum; c) Conciliação da espontaneidade e liberdade de criação; d) Agressividade; e) Efeito da informação ao serviço da colectividade, por igual.

Meios para o conseguir:

1 — Criar condições para que haja informação sobre a informação; 2 — Apoiar e coordenar as iniciativas existentes; 3 — Financiar a informação. Investir na informação; 4 — Formar pessoal e divulgar técnicas.

O fim da educação deve ser não ministrar um amontoado de conhecimentos, mas ensinar a procurar, documentar-se.

Haverá pois que: 1 — Estabelecer o controle da qualidade da informação; 2 — Criar meios para uma verdadeira e efectiva colaboração internacional; 3 — Importar a informação de países mais desenvolvidos para os subdesenvolvidos.

E quanto ao utilizador? Há necessidade de o habilitar. Integrá-lo numa equipa, não o deixar isolado.

Põe-se também o problema da informação massificada, não especializada. Há deficiência da informação ou deficiência da busca, da parte de quem formula a pergunta. Há uma necessidade tão grande da especialização do pessoal informador quanto da do utilizador. Dada a despersonalização da informação, torna-se necessário ensinar o utilizador a *falar* com a máquina: a saber servir-se dos meios que a informação põe ao seu alcance.

Inapetência da informação — sinal de subdesenvolvimento. Só depois de ultrapassado o primeiro estágio de desenvolvimento (saúde, alimentação, habitação) há necessidade de informação.

Gestão de Centros Documentais. Estatística (1)

O conferencista dividiu os seus interesses em seis pontos: a) Travar conhecimento; b) Definir temas a tratar; c) Definir os diversos tipos de informação; d) Definir a noção de sistema documental; e) Funcionamento do sistema documental; f) Metodologia.

Depois de uma prospecção para averiguar quais os sectores a que pertenciam os participantes, tendo concluído tratar-se na grande maioria de representantes de empresas privadas, entrou directamente no problema documental. Considerou o responsável de um serviço documental como um piloto; do mesmo modo que este precisa de um painel, o documentalista precisa de um quadro onde inscreva todos os elementos que lhe possam dar a cada momento a situação do centro de documentação de que é responsável. Falou como um homem prático que, após uma longa experiência no campo da documentação, conclui que há uma grande divergência entre a abundante literatura documental e a realidade. 90% dos documentalistas nem sequer sabem a quantidade de documentos de que dispõem e o quantitativo anual de perguntas formuladas pelo utilizador.

(1) Pelo Engenheiro Georges van Slype do Bureau Marcel van Dijk — Bruxelas.

Começou a justificar quais seriam perante a actual explosão da informação os dados que realmente haveria conveniência em registar, tendo em vista um sistema perfeito e pouco dispendioso.

Seguidamente especificou sistemas de informação e fez um quadro que, com sugestões dos participantes, foi preenchendo.

Fontes de informação seriam: serviços de documentação propriamente ditos, contactos pessoais (com clientes, público, fornecedores), publicações, colóquios, legislação, etc..

Frisou muito a ideia de que não é só o que está no ficheiro que constitui informação, como comumente se pensa. Expôs uma noção dinâmica, anti-burocrática da informação. Fora da documentação estes elementos representam para os utilizadores uma achega de 30% da informação. Foi elaborando um organigrama de funcionamento dos serviços de informação, considerando de um lado o chamado *input* (documentação, fontes) e do outro o *output* (rendimento, aquilo que é fornecido ao utilizador) estabelecendo as relações que há entre um e outro.

Com base em tal sistema, há uma *análise rigorosa* que permite fazer a gestão provisional, o planeamento das necessidades do centro: aumento de pessoal, abastecimento de material, etc.. Insistiu na necessidade de tal sistema de informação para conhecer o preço, os meios, a eficácia, a adaptação às necessidades dos utentes, a promoção da documentação para sensibilização do público, a obtenção de equipamentos e meios económicos.

Pôs em relevo o facto de que o documentalista também deve fazer a sua política de «marketing» (levando a documentação ao encontro das necessidades do utilizador). Entrou em pormenores, falou da conveniência de cada centro dispôr de um tipo de contabilidade analítica e de um painel no qual se inscreveriam em duas grandes rubricas paralelamente o custo do *input* (recolha das informações) e do *output* (prestação de serviços).

Falou da necessidade de saber o número de pedidos de informações, assinaturas de revistas, utilizadores, trocas, doações, etc. e, como consequência, o número das respostas dadas, das pesquisas que falharam, dos sucessos nas respostas, etc..

Através desta estatística, seria mais fácil a gestão do centro. Para um controle do mesmo centro falou do «*planing*» que deve constar da prospecção do mercado, saber quem está interessado e em quê (relações com o *marketing*). Deu normas extremamente práticas para a realização de inquéritos junto dos utilizadores, tendo em vista não só a prospecção do mercado, mas também a obtenção de críticas dos resultados obtidos para um reajustamento permanente dos critérios de gestão.

Conclusões

Como conclusão, depois de um cuidadoso diagnóstico da situação no nosso país, extraíram-se as seguintes recomendações imediatas:

1 — Sensibilização intensiva do País para a urgência duma informação científica e técnica que se quer permanente;

2 — Revisão do Plano Nacional de Contabilidade quanto à autonomização duma rubrica relativa à informação científica e técnica e atribuição de incentivos fiscais para os investimentos nesta matéria.

3 — Inquérito dos meios e recursos já existentes, com vista ao seu aproveitamento racional, coordenação e integração programada nos sistemas organizados ou a organizar, de acordo com a política nacional de informação científica e técnica.

4 — Urgência no arranque do Gabinete Nacional de Informação Científica e Técnica, proposto no Projecto do IV Plano de Fomento, como órgão de coordenação e fomento de todos os sub-sistemas já existentes ou a criar, e de articulação com os sistemas internacionais.

5 — Esforços concertados relativamente a:

— Revisão das categorias profissionais dos técnicos de Informação;

— Criação de cursos médios e superiores para a sua formação e reciclagem;

— Preparação de corpos docentes qualificados para a orientação destes cursos;

— Introdução, no programa dos «curricula» escolares, de noções de técnicas documentais, com vista à formação dos utilizadores.

6 — Inserção das actividades de normalização da documentação no Gabinete Nacional de Informação Científica e Técnica;

7 — Atribuição ao Gabinete Nacional de Informação Científica e Técnica de funções consultivas em matéria legislativa e regulamentar neste âmbito;

8 — Aproveitamento imediato e progressivo das técnicas postas à disposição pela informática. (Maria Isabel Nunes de Figueiredo Ribeiro de Faria).

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses

A escrita notarial relativa à formação da nossa Associação foi assinada no dia 19 de Novembro no 6.º Cartório Notarial de Lisboa. A esse acto estiveram presentes os membros das comissões que tinham sido escolhidas para elaboração, estudo e revisão dos Estatutos aprovados, assim como muitos colegas e individualidades de destaque da nossa vida cultural que, desta forma, quiseram associar-se ao momento que se vivia.

No dia 7 de Dezembro, após o encerramento do IV Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizou-se em Coimbra a 1.ª Assembleia Geral que elegeu os corpos directivos do 1.º mandato. Os mesmos foram homologados por despacho do Ministro da Educação Nacional — comunicado por ofício da Direcção Geral dos Assuntos Culturais de 7 de Janeiro do presente ano.

Em 18 de Fevereiro, o colega Jorge Peixoto, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Geral, deu posse aos membros eleitos.

Desejando arquivar as palavras na ocasião proferidas por esse colega, no primeiro acto da vida oficial da nossa Associação, «Cadernos» têm o prazer de publicar aqui esse discurso, sublinhando, desta forma, o evidente significado de que ele se reveste.

«Peço-lhes muita desculpa de usar da palavra. E mais: de a haver escrito propositadamente para o efeito, pois em termos de pura circunstância, eu preferiria umas tantas e breves palavras, quedando-me por aí.

Mas eu julgo que este momento é expressivo demais para a cerimónia se reduzir a um mero formalismo burocrático.

Julgo, sim, que é o momento adequado para fazer uma reflexão crítica, para apontar dificuldades, para antever esperanças e para alcançar metas pelas quais há tanto lutamos.

E o problema central ao redor do qual tudo gira é o da responsabilidade que todos — mas *todos!* — vamos tomar aqui e agora, deste momento em diante.

A ideia da *nossa Associação* há muito que era acalentada. Todos a desejávamos. Mas nem todos — e eu era um deles — pensávamos que há uns dez ou doze anos a ideia fosse realizável. Éramos então poucos e os trabalhos que tínhamos diante de nós, se não eram ciclóticos, eram realmente de vulto. Depois, havia uma dispersão, uma disparidade de interesses que podiam conduzir àquilo a que na nossa gíria chamávamos um *nado-morto*. Então, entre uma Associação que poderia conduzir, por um lado, a um impasse e, pelo outro, a possíveis realizações feitas a nível de grupo ou até pessoais, optou-se por manter esse *statu quo*.

Hoje, porém, as coisas modificaram-se. Somos mais, temos muito maior consciência dos nossos problemas profissionais, e isso levou a criar-se uma mentalidade que naturalmente vai desembocar na nóvel Associação, esta a que está nas nossas mãos e dá os primeiros vagidos de uma existência que se augura e se deseja próspera.

Surge, pois, o momento de prestar homenagem a todos aqueles que lutaram pela criação desta Associação, desde os tempos heróicos das reuniões um tanto acaloradas na Sociedade de Geografia, em que se destacavam os nomes dos colegas Carmelo Rosa, Rosalina Cunha, Nuno Martins, Mário Costa, Manuel Santos Stevens, Zeferino Paulo, Cansado Tavares, eng.º Alcobia, Mário dos Reis Faria, Alberto Iria, Carlos Estorninho, António Cruz, até à recente comissão instaladora que tão bons serviços prestou, pois foi ela que conduziu a perfeito porto a nau da Associação. E aí ficam igualmente seus nomes: Manuela Cruzeiro, Maria José Moura, Maria Alice Serrano, Maria Rosa Dias Costa e Adriano Andrade. Seria igualmente injustiça deixar no esquecimento uma força, uma presença constante que foi sempre o elemento dinamizador e ao qual sempre se recorreu como argamassa que deu unidade a toda a nossa acção. Trata-se da revista «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação», cuja actividade o futuro se encarregará de pôr no devido lugar, lugar altaneiro, de perfeita relevância.

Que perspectivas se nos antolham agora? Não sabemos. Vamos, porém, caminhar com decisão. A presente direcção é composta por elementos válidos, dinâmicos, conscientes das dificuldades e dos perigos que nos cercam. Por outro lado, são prudentes ao ponto de evitar aventuras gratuitas. Portanto, constituem sólido penhor pelo futuro da nossa Associação.

E que se pede a todos nós? Colaboração, colaboração, colaboração ainda. A Associação, a nossa Associação, vai adoptar a *política da mão estendida*, que se pode definir muito bem por esta síntese: pedir e aceitar a colaboração de todos. Há, porém, um perigo que urge evitar, e que está na nossa mão tornar: é a de não lhe darmos a colaboração

necessária e suficiente que ela nos pede. Ah! sim! então estaremos caídos num perigo real que é este: haver um divórcio abissal entre o que os nossos corpos directivos fazem ou desejam fazer e a nossa inanição — e porque não dizê-lo? — a pusilanimidade ao tomarmos a atitude dos braços caídos, não participando, não colaborando. Se assim fosse, haveria isto de horrível: os corpos directivos a lutar, a procurar alcançar metas, propósitos definidos, e a massa dos nossos colegas a ficar indiferente, a não acompanhar os seus dirigentes.

Mas tal não vai acontecer. E a nossa certeza reside no valor e na decisão dos colegas que constituem o corpo profissional que são os bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses. Sem a sua decidida e pronta colaboração, nada feito. Mas tal não vai acontecer, repita-se.

Por certo, quer se queira, quer não, que este é um momento histórico na nossa profissão, que tem tido vários, uns auspiciosos, outros extremamente infelizes. Fiquemos, porém, apenas nos luminosos. Lembremos aqui igualmente o momento preciso em que a nossa profissão veio à luz do dia, pela mão dessa extraordinária figura de jornalista, político, colonialista que foi António Enes: foi aos 29 de Dezembro de 1887, quando se criou o Curso de Bibliotecário-Arquivista, que seria um dos primeiros da Europa a ser instituído!

Associemos, pois, estas duas datas, a de ontem e a de hoje. Decorridos oitenta e sete anos, largo caminho se andou. Outro mais se irá andar. Este, porém, será aquele que nós quisermos e que soubermos vencer com decisão.

Portanto, aqui e agora, estamos a assumir todos — mas *todos!* — uma extraordinária responsabilidade perante o futuro e perante a Nação. Se lutámos, se procurámos em todos os momentos ser lúcidos e de claro discernimento, não podemos agora falhar. É que se falhássemos, falharíamos como técnicos, como elementos válidos de uma sociedade que pretendemos ser cada vez melhor. Falharíamos igualmente aos olhos daqueles que nos deram condições legais para encetarmos a nossa marcha, como a própria Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, o próprio Secretário de Estado da Instrução e Cultura e até o próprio Ministro da Educação Nacional, que sempre se têm mostrado altamente compreensivos para com os nossos problemas e dos quais esperamos sempre o maior préstimo.

Não podemos, agora que acabámos de participar na cerimónia da posse dos nossos colegas, regressar a penates com esta ideia: «Assisti à posse dos directores da nossa Associação, cumpri o meu dever, e agora os que estão à frente dos corpos directivos que se avenham». Nada disso. A Associação é de todos, e a sua grandeza ou pequenez — e às vezes a pouquidade roça o ridículo... — dependem única e exclusivamente de nós. Apenas de nós. Que sejamos dignos de um longo e persistente trabalho. Sejamos dignos — eis os votos que faço ao concluir estas palavras desalinhadas e talvez prolixas, mas que julgo de todo necessárias, pois constituem um clarim que chama à realidade — à realidade das nossas consciências.»

Discurso de M. Etienne Dennery ⁽¹⁾ na inauguração da Biblioteca Municipal de Lyon

As palavras do Director das Bibliotecas e da Leitura Pública, em França, ultrapassam o formalismo vazio de um discurso inaugural. Dão-nos, pelo contrário, a imagem correcta de uma biblioteca pública municipal com todas as perspectivas de animação sócio-cultural que fazem dela o «foyer de la ville» — «foyer» que nós gostaríamos também de ver implantado em cada cidade, em cada vila, em cada centro rural portugueses, onde o livro e a cultura são inacessíveis à maioria da população. Desejaríamos que esta concepção nova de biblioteca viesse substituir o já ultrapassado «armazém de livros» (às vezes alfofre de burocratas e de funcionários parasitas...) que, infelizmente, encontramos no nosso país.

M. Dennery começou por justificar a afirmação de que Lyon é uma cidade que herdou a vocação do livro. Tendo acolhido os tipógrafos vindos da Alemanha e da Itália, tornou-se, no séc. XVI, um grande centro impressor donde irradiaram os livros para toda a Europa. Hoje é a única cidade de França que possui um museu do livro. Dentro em pouco, terá a Escola Nacional Superior de Bibliotecários — a única existente no país e cuja transferência de Paris para Lyon foi decidida pelo último governo francês. Possui, além disso, grandes e modernas bibliotecas universitárias e a sua biblioteca municipal, inaugurada nesta ocasião, é uma das maiores da Europa, com os seus 24 000m² de área.

Prosegue M. Dennery: «Não será apenas a mais bela ou uma das mais belas bibliotecas da Europa. O Palácio Saint-Jean, onde a biblioteca esteve instalada até ao presente, tem a beleza de um palácio episcopal. A da Part-Dieu, para a qual são transferidos os 500 000 a 600 000 livros de Saint-Jean, tem uma beleza funcional. As esculturas de betão que encontramos logo à entrada revelam um gosto requintado e as duas salas que inauguramos agora são, como deviam ser, claras, alegres, aprazíveis e correspondem às necessidades dos leitores de hoje. Uma, permite-lhes levar os livros para casa. É a sala de empréstimo. Creio que abarca cerca de 40 000 livros. Podemos entrar nela directamente, o que é essencial, pois a leitura significa escolha e é necessário que continue sempre a significá-lo. Devemos poder escolher um livro tal como podemos escolher um amigo ou um interlocutor, visto que a leitura é um diálogo.

(1) O discurso do Director das Bibliotecas e da Leitura Pública, de que traduzimos alguns extractos, foi publicado no «Bull. Bibl. France», Paris, 18(1) Jan. 1972, p. 1-3.

Logo que as obras se desactualizam serão arrumadas nos depósitos donde sairão para empréstimo. Um excesso de livros dificulta, tanto como a sua penúria, a escolha do leitor.

Mas o livro deve ir ter com o leitor. E a Biblioteca municipal tem uma dezena de anexos. É nesta sala que são organizadas as colecções que hão-de ser enviadas para os anexos, as que hão-de ser transportadas nos bibliobus urbanos e as que hão-de ir para as bibliotecas de colectividades, perto dos locais de descanso ou de trabalho — por exemplo, as dos comités de empresa ou as dos lares de jovens.

A outra sala é uma sala de informação geral. Rejubilamos ao ver instaladas tais salas nas grandes bibliotecas públicas. Esta será, ao mesmo tempo, uma sala de acolhimento: aí, os leitores serão orientados e as suas perguntas satisfeitas; aí, encontrarão uma documentação geral actual que os informará, rapidamente e de uma forma prática, acerca daquilo que interessa à maioria das pessoas do nosso tempo — quer se trate da educação de crianças, dos problemas da vida familiar em geral, da planificação familiar, da vida em sociedade, de problemas sociais tais como o urbanismo, o hábitat, a circulação, a adaptação dos homens ao meio ambiente. Haverá lá jornais e revistas, mas jornais e revistas vivos e talvez, também, as últimas revistas da actualidade. A sala terá de atrair um público vasto e ansioso por se instruir sobre todos os problemas actuais e por aperfeiçoar a sua cultura geral. Foi concebida sob a óptica da Educação permanente, no seu aspecto menos austero e mais encorajador.

Naturalmente que no segundo e terceiro andar haverá salas de leitura adaptadas à investigação, quer se trate de investigação local ou regional, quer de investigação ou de documentação especializada. Previu-se a investigação no domínio das ciências económicas e sociais, das ciências propriamente ditas, da técnica, das belas artes, do teatro...

Desejava insistir, todavia, num ponto. No que respeita à investigação, é forçoso satisfazer os eruditos, os professores, os estudantes. Mas existem também aqueles que querem encontrar instantaneamente uma documentação segura e rigorosa: são os jornalistas, o mundo da rádio e da televisão, os políticos, os técnicos, por vezes os economistas. Esses terão igualmente, na biblioteca, a documentação que lhes é necessária.

Há lugar para todos estes leitores, pois a Biblioteca possuirá, quando funcionar normalmente, 2 milhões de volumes. Um grande número deles ficará em livre acesso, enquanto que outros, os menos pedidos, se guardarão na torre que, pelo seu carácter imponente, mostrará aos transeuntes menos informados quais são as necessidades de uma biblioteca em matéria de livros.

Esta biblioteca será antes de mais — e foi essa a ideia do seu activo bibliotecário-chefe M. Martin, que tanto fez pela sua criação, bem como a do seu bibliotecário-chefe actual, M. Rocher — *um centro de leitura pública, quer dizer, de Educação permanente* (1).

A política da leitura pública é, também, devo dizê-lo, a política do governo. Apercebemo-nos de que, no mundo de hoje, a leitura se torna mais necessária do que nunca: neste universo, em que o indivíduo está submerso em toda a espécie de informação e de propaganda, só a leitura permite a defesa da personalidade e da liberdade humana, só ela constitui o melhor antídoto contra a passividade da vida estandardizada e mecanizada do nosso tempo.

É indubitável que as bibliotecas e, muito particularmente a sua, Senhor Presidente da Câmara, não terão apenas livros. Utilizarão o disco — e haverá uma discoteca numa sala ao lado desta em que nos encontramos — utilizarão a vídeo-cassette, a televisão, o cinema [...].

Existe, presentemente, em França — disse-o — uma política de leitura pública. Ainda este ano ou nos próximos anos, foram ou serão inauguradas bibliotecas de leitura pública em Caen, Marselha, Grenoble, Saint-Etienne, Grasse, Saumur, Roche-sur-Yon, Mazamet, Mâcon, Longwy, Dunquerque, nos arredores de Paris, em Sarcelles, Massy-Antony, Vincennes, Neuilly-Plaisance, Pantin, Montreuil, Maisons-Alfort, Argenteuil, Malakoff, Creil, por exemplo, nos grandes aglomerados e nas cidades novas onde a nossa área já está reservada, como em Evry e em Cergy-Pontoise. Há quatro anos que as despesas com a leitura pública em França sextuplicaram, passando de 0,65 F para cerca de 4 F por habitante. Em cidades como Colmar ou Mulhouse o número de empréstimos quase que duplicou durante dois anos.»

Esta transcrição intencional permite-nos uma afirmação incontroversa: *não há rigorosamente no nosso país uma única biblioteca pública, digna desse nome* (2). Existem, é certo, em sedes de concelhos, algumas instituições designadas por «bibliotecas municipais», cuja origem e sobrevivência se devem — quantas vezes? — a esforços isolados de um «carola» da terra privado de qualquer apoio municipal ou governamental. Mas esses bem intencionados lutadores não são, infelizmente, bibliotecários; não têm a noção *do que é uma biblioteca pública municipal* e de quais devem ser as finalidades dessas casas de cultura *dirigidas para todos os habitantes das localidades*, de forma a satisfazer-lhes quaisquer anseios de promoção cultural e profissional (tal como esta biblioteca tão bem definida por M. Dennerly); *não têm uma preparação técnica* — e isto é muito importante — para geri-las e torná-las eficientes quanto aos seus objectivos.

(1) O sublinhado é nosso.

(2) As bibliotecas públicas de Évora, de Braga, do Porto, nascidas de uma tradição cultural localizada, têm um cunho mais marcadamente erudito do que popular (não obstante as meritórias iniciativas da última).

Assim, instituições que deveriam poder irradiar e favorecer a cultura por todos os estratos populacionais circunvizinhos tornam-se, quase sempre, «ghettos» de eruditos, à frente dos quais estão — em vez de bibliotecários — as «pessoas mais cultas» da cidade ou da vila e dentro dos quais encontramos — em vez da literatura apropriada — o *espólio obsoleto* das «generosas dádivas»!

Outras vezes, sucedem coisas lamentáveis como esta: *os livros das bibliotecas municipais não servem sequer para ser lidos!* Estão fechados em compartimentos ou em caixotes. Já temos noticiado o facto e repetimo-lo, agora, transcrevendo o que se pode ler em «O Arauto de Osselôa»:

«Em Albergaria-a-Velha, há um letreiro que diz Biblioteca Municipal. Ora isto não corresponde exactamente à realidade, porque a Biblioteca é simplesmente Gulbenkian. Os poucos livros que possui a Câmara, dos muitos que lhe foram doados em tempos, mas se evaporaram [...] estão fechados em compartimentos, a monte ou encaixotados, e não são úteis a ninguém!

A acção da Gulbenkian é muito louvável. Mas a organização municipal, quanto a biblioteca, continua péssima e sem visão.

Se alguém oferecer hoje livros à Biblioteca Municipal, irão para um canto na sala fechada a sete chaves, onde ninguém os verá, visto que só a Gulbenkian fornece livros para leitura [...]. Há albergarienses que possuem boas bibliotecas e não teriam dúvidas em as doar à Câmara Municipal da sua terra. Mas ela não oferece garantias! E nós sabemos do caso de um albergariense que ofereceu, em anos recuados, cerca de duzentos livros à Biblioteca Municipal de Albergaria-a-Velha e comprou-os, tempos depois, no adelo, a peso! O «zeloso» funcionário desse tempo fê-los evaporar!...»⁽¹⁾

Pior do que tudo é desconhecer-se, em absoluto, que criar uma biblioteca ou redes de bibliotecas neste nosso país (que as não tem...) não pode provir das boas vontades dos naturais de qualquer pequena cidade ou vila, à maneira de acto gratuito de caridade... Terá de ser objecto de estudos e planeamento (a nível nacional) por parte de um organismo especializado, constituído por técnicos de planificação dos serviços de bibliotecas — organismo que permitirá a *implantação criteriosa e gradual*, em todo o território, de instituições culturais aptas a contribuir para a educação nacional e para o nivelamento sócio-cultural do povo português, com capacidade de, graças aos anexos, sucursais, bibliobus e depósitos, alargarem a sua acção até aos lugares mais ermos e segregados, onde não existe ainda hoje a mínima manifestação de cultura.

Por outro lado, a gestão de uma biblioteca municipal terá de ser, indiscutivelmente, *encargo de técnicos e não de amadores*. Compete a esses técnicos assegurar a leitura «in loco», *em livre acesso, alargá-la às zonas excêntricas e a todos os grupos sociais e profissionais*, garantindo, simultaneamente, diversas formas de animação cultural, das quais sobressaem: apresentação de livros inspirados em temas da actualidade, exposições (de âmbito nacional, regional, local) centradas nas realidades sócio-culturais e animadas por debates e conferências; funcionamento de associações de índole cultural e científica, nomeadamente os círculos de leitores, que fomentarão as sessões de leitura ilustradas com projecções ou discos; realização de concertos e exhibições de filmes comentados; colóquios entre autores e público leitor; articulação de programas da TV com as actividades culturais da biblioteca...

Temos de convir que, em matéria de leitura pública, *tudo está por fazer* entre nós — tal como o afirmava em 1966 M. Pompidou, em relação à França. Só que a afirmação do então primeiro-ministro francês exprimia o manifesto exagero e a compreensível exigência de um país culturalmente desenvolvido que aferia as suas carências pelos padrões naturalmente elevados de outros países desenvolvidos. Se as despesas «per capita» com a leitura pública denunciavam nessa altura a posição desvantajosa da França — 0,65 F contra 6,36 F no Canadá, 10,5 F na Grã-Bretanha e 12,6 F nos E.U.A. — pode afirmar-se que a situação está a caminho da normalidade (utilizando-se ainda os mesmos padrões...) e que a França cumpriu cabalmente o seu plano de leitura pública, tal como fora esquematizado no *Relatório* de 1968⁽²⁾, ao mesmo tempo que estruturava a sua rede de bibliotecas a nível nacional.

Quanto a nós, portugueses, *que partimos literalmente do zero, teremos de melhorar a qualidade dos serviços técnicos* das nossas poucas e mal servidas bibliotecas *que têm sido encaradas à maneira de instituições de caridade onde se albergam todos os deficientes e incapazes* (para as tarefas em causa) que uma boa administração enjeitaria e que uma *gestão adequada* poderia, apesar de tudo e sem o mínimo inconveniente, *reduzir para cerca de um terço*.

É que só aos *técnicos cabe* — e no contexto entenda-se por «técnicos» os bibliotecários, arquivistas e documentalistas — *cabe, dizíamos, a responsabilidade e a capacidade* de elaborar os instrumentos de trabalho, de organizar e difundir a informação⁽³⁾, numa palavra, de fomentar as condições que hão-de transformar «cemitérios de livros» em instituições de cultura e centros de informação aptos a ir ao encontro dos interesses e necessidades de uma sociedade que se quer promover, a curto prazo, cultural e economicamente.

(1) «O Arauto de Osselôa», Albergaria-a-Velha, 31.1.1974, p. 3.

(2) FRANÇA. Secrétariat Général du Gouvernement. Direction de la Documentation — *La lecture publique en France. Rapport...* Paris, 1968 («Notes et Études Documentaires», N.º 3459).

(3) No seu significado amplo de informação extraída de livros, de publicações periódicas e de outros documentos.

Mas, uma política de informação bibliográfica e de incremento de leitura não pode entender-se, se prescindirmos de um organismo coordenador de cúpula — a tão reclamada Direcção-Geral de Bibliotecas e Arquivos ⁽¹⁾ responsável pelo controle e planificação dos serviços bibliotecários e pela estruturação de uma rede nacional de bibliotecas públicas. E jamais ela será levada a cabo se persistirmos em não encarar com mentalidade empresarial a admissão e planificação do pessoal nas nossas instituições (que são, a todos os títulos, *empresas do Estado* mas, infelizmente, com o «patrão» ausente). Quer isto dizer que só poderemos contar com serviços técnicos de qualidade, quando houver nas bibliotecas *pessoal superior com as qualificações necessárias, em número suficiente*. Exemplificando: na Biblioteca que hoje é tida pela mais rica do país (tanto em bibliografia corrente como antiga) trabalham, nos serviços técnicos, apenas doze bibliotecários (em rigor, apenas dez ⁽²⁾) para um total de setenta e seis funcionários, dos quais uns dezoito a vinte (numa perspectiva optimista...) coadjuvam como auxiliares dos serviços de catalogação e, ainda assim, com as habilitações mais baixas que são exigidas a este tipo de funcionários ⁽³⁾, tendo os restantes uma preparação muito abaixo deste nível — na generalidade, quase apenas a instrução primária.

Resulta do exposto que os bibliotecários estão numa percentagem um pouco acima de 10% ⁽⁴⁾ (excedidos, até, pelas empregadas de limpeza, em número de treze). Ora se pensarmos que têm à sua conta os diversos e riquíssimos fundos bibliográficos (de manuscritos, livros raros, livros antigos, bibliografia corrente nacional e estrangeira, alguns legados, publicações periódicas, jornais e muita outra documentação variada) e que cada fundo soma sempre muitos milhares de espécies, compreendemos quão irrisória é esta percentagem para um conveniente tratamento da documentação. Ainda que isso fosse possível (que não é...), faltaria aos bibliotecários a disponibilidade para outras actividades imprescindíveis: difusão de bibliografias temáticas, difusão bibliográfica a nível nacional e internacional, publicação de manuscritos (em risco de se perderem...), edição de obras raras, investigação biblioteconómica e documental, estudo de automatização em bibliotecas e centros de documentação, empenhamento numa acção sócio-cultural, etc...

Teremos de encarar estes problemas de reestruturação de bibliotecas e dos seus serviços (*coordenados a nível nacional*) com uma mentalidade renovada e atenta à longa e experiente tradição biblioteconómica estrangeira. Mas esta consciencialização impõe-se, imperativamente, tanto a governantes como aos responsáveis pelas bibliotecas, centros de documentação e arquivos nacionais... (Tradução e comentários de M. L. Lemos).

Homenagem a um Colega

No dia 15 de Fevereiro do corrente ano, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra prestou justa homenagem ao Colega Francisco França Amado, bibliotecário do Instituto de Estudos Franceses daquela Faculdade, lugar que exerceu com brilho durante vários anos. Por iniciativa da Faculdade, realizou-se, nessa data, um almoço ao qual compareceram muitos professores e colegas do homenageado.

Foi um acto de tocante simplicidade, mas altamente significativo, que pretendeu apenas levar a um Colega dos mais velhos o agradecimento e o apoio amigo de todos que o admiraram durante uma vida inteiramente dedicada à Biblioteca do Instituto de Estudos Franceses.

Arquivo Distrital de Aveiro

O Arquivo Distrital, instalado impropriamente no edifício da Biblioteca Municipal, circunstância que originava muitos inconvenientes para ambas as instituições, vai ser transferido, logo que possível, para instalações mais adequadas, no rés-do-chão do edifício da Junta Distrital, segundo decisão das entidades competentes.

Biblioteca de «Cadernos»

A acrescentar à lista dos livros oferecidos à Biblioteca de «Cadernos» pelo nosso Colega Dr. Carlos Estorninho temos o prazer de referir que recebemos mais a seguinte obra:

JEFFREYS, A. E., ed. — *The art of the librarian. A collection of original papers from the Library of the University of Newcastle upon Tyne*. Newcastle Upon Tyne, Oriel Press, 1973, x+190 p.

(1) Cf. BAD — *Manifesto*, Lisboa, 1974, Secção 5, 11.º.

(2) Na realidade, um é absorvido pelas tarefas administrativas, enquanto que o outro é o bibliotecário de referência dos serviços de leitura.

(3) Apenas um elemento tem formação universitária. Quanto ao 5.º ano comercial, que sempre foi considerado insuficiente para um mínimo de formação cultural de base, tornou-se ineficaz, nestes tempos de «degradação do ensino»...

(4) A percentagem de pessoal profissional qualificado oscila entre o mínimo considerado necessário, de 33%, e os números óptimos, de 47% a 49%.

Trata-se de mais um livro de grande actualidade e interesse para todos nós, que ficamos devendo àquele nosso Colega, recentemente eleito Presidente da Direcção da recém-constituída Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. O mesmo pode ser, desde já, objecto de consulta por parte dos Colegas que o desejarem.

Biblioteca Municipal de Aires Barbosa — Aveiro

Dentre as previsões camarárias nos domínios da instrução e cultura, a Biblioteca Municipal vai também ser beneficiada no programa de 1974, para poder responder às solicitações que lhe são dirigidas. Assim, a Biblioteca deverá ser apetrechada convenientemente com novos livros, na medida das possibilidades e de acordo com aquelas solicitações.

Mas, não é de mais repetir, uma biblioteca municipal *tem de estar confiada a um bibliotecário*, jamais a um amador, se quisermos que ela seja uma instituição de cultura ao serviço da comunidade, bem gerida e eficiente quanto aos seus objectivos.

Torna-se necessária a criação de um quadro próprio tendo à frente um Bibliotecário, que possa elaborar ficheiros convenientes e indicar, oportunamente, as obras que mais urgentemente devem ser adquiridas, tornando-a, graças à sua iniciativa, uma instituição viva como meio de instrução e cultura.

Existe, contudo, um óbice que registamos, por o considerarmos lesivo dos interesses de duas instituições que alguma coisa têm de comum, mas exigem, no entanto, uma óptica de edificação totalmente diferente. É o caso que o Arquivo Distrital invadiu as dependências da Biblioteca e o facto veio dificultar o seu normal funcionamento e apetrechamento, feito um tanto ao sabor das circunstâncias.

Pelo que respeita ao movimento desta instituição (Janeiro de 73) o número de leitores, no período diurno, foi de 581; as obras consultadas totalizaram: livros-587; jornais e revistas-150.

No período nocturno, a frequência foi quase nula: apenas 5 leitores.

Registou-se um decréscimo de leitura em relação ao ano anterior. A acentuada baixa, que os senhores vereadores tanto se empenham em «ponderar e analisar», é para nós, bibliotecários, bastante óbvia: 1) concepção da biblioteca como *armazém de livros*; 2) conseqüentemente, *inexistência de animação cultural* 3) *inexistência* — inexplicável numa biblioteca municipal — *de leitura domiciliária* 4) e, sem sombra de dúvida, a carência que deve ser apontada como a mais clamorosa de todas: *inexistência de um bibliotecário* na chefia desta Biblioteca.

Biblioteca Municipal de Barcelos

Vai reabrir a Biblioteca Municipal de Barcelos depois de ter sido mantida encerrada durante cinco anos.

Nesse sentido, começou a ser instalada, a título provisório, numa dependência do edifício da Câmara Municipal até que possa vir a ocupar, definitivamente, as actuais instalações do Tribunal Judicial da comarca, para o qual está a ser construído um novo Palácio da Justiça.

De qualquer maneira, a solução de remedeio no presente encarada vai possibilitar a consulta e frequência da Biblioteca até ao momento encaixotada.

E agora perguntamos nós: quando é que, enfim, as autoridades responsáveis compreenderão *que uma biblioteca municipal não pode ser encaixada à força num edifício qualquer?* Que ela *tem de ser concebida e construída como uma biblioteca municipal?*

Actividade da Biblioteca Municipal de Coimbra (1973)

Não obstante encontrar-se esta Biblioteca em instalações mais do que precárias, inadequadas e há muito tempo, já, insufficientíssimas para comportar o rico espólio que aumenta consideravelmente de ano a ano, o movimento de leitura tem-se intensificado de uma forma espectacular, como as estatísticas deixam ver: 40 482 leitores requisitaram 100 782 volumes para leitura domiciliária e 25 210 leitores consultaram, na Biblioteca, 30 491 volumes.

Para lá da sua actividade primordial — a leitura — a Biblioteca chamou a si a responsabilidade de outras iniciativas culturais («extra-muros», por carência de instalações próprias). Destacamos: o III Festival Popular de Teatro, que registou a presença de 12 000 espectadores; três concertos de piano no Teatro Gil Vicente — no último dos quais (dedicado também aos participantes do VI Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) a cidade teve o prazer de voltar a ouvir Sequeira Costa. Integraram-se, ainda, dentro da mesma campanha cultural, duas interessantes exposições (referidas, em pormenor, noutra lugar) que foram visitadas, podemos afirmá-lo, por Coimbra em peso.

Apraz-nos sublinhar, mais uma vez, que toda esta actividade em torno da Biblioteca Municipal não teria sido possível sem o esforço dinâmico e entusiástico, sem a orientação esclarecida do seu bibliotecário, Armando Carneiro da Silva, que tudo tem feito para que a biblioteca se transforme numa instituição polarizadora e difundidora da cultura.

Com o nosso aplauso vão os melhores votos — que sabemos irem de encontro à legítima aspiração deste Bibliotecário a quem a Biblioteca e a cultura coimbrã tanto ficam a dever — por que venha a efectivar-se, enfim, o arranque de construção de um edifício moderno *concebido expressamente para aquilo que uma biblioteca municipal deve ser*. Mas passou o ano do cinquentenário da criação da biblioteca e mais uma vez a cidade se sentiu defraudada nas suas esperanças, pois o projecto, ao que parece, ainda não saiu do papel.

Bibliotecas oferecidas pela Câmara Municipal de Lisboa

Obedecendo a uma velha tradição, a C.M.L. distribuiu 3 636 livros por dez instituições, a saber: Cadeia Penitenciária de Lisboa (756 livros), biblioteca infantil da Junta de Freguesia da Ajuda (501), Hospital do Ultramar (272), secções masculina e feminina do Instituto Presidente Sidónio Pais (292 e 295, respectivamente), Casa do Pessoal da R.T.P. (243), Grupo Desportivo da Liga dos A. da F. de S. Vicente da Beira (264), Academia de Santo Amaro (264), Clube Desportivo de Sete Rios (264) e Escola de Educadoras de Infância (485).

Esta iniciativa, que se vem realizando desde 1959, permitiu já a oferta de 250 bibliotecas, ou mais rigorosamente, de 250 *coleções de livros* a várias instituições — num total de 151 225 volumes.

Resta saber se elas vão ficar «arrecadadas» em estantes de armários inúteis, à guarda do «funcionário zeloso», ou se, pelo contrário, tais doações contribuirão de algum modo para atenuar o abismo entre os que lêem e os que não *podem ler*. É uma impossibilidade que não se traduz só sob o ponto de vista material: no nosso país há, infelizmente, milhões de pessoas segregadas do livro, em razão do seu elevado custo; mas, por fatalidade, são esses milhões (ou quase) os mesmos que não lêem por *incapacidade*. Não tivemos até agora *uma política de leitura pública*, concretizada através de uma total cobertura de bibliotecas a vários níveis (infantis, escolares, públicas) que pudessem oferecer à população citadina ou rural — para lá da leitura extensiva e em livre acesso — uma gama vasta de actividades culturais (por exemplo: as sessões de teatro e de cinema, comentadas, os concertos, a pintura, modelagem, desenho, a aprendizagem de línguas) *inteiramente gratuitas* de forma a dar *as mesmas possibilidades a todos*. Só assim se pode entender a democratização da educação a nível nacional...

Biblioteca Municipal de Viseu

O primeiro catálogo das obras existentes na Biblioteca Municipal de Viseu data de 1869. Decorrido quase um século, esse catálogo encontra-se, naturalmente, desactualizado e de maneira alguma pode servir os utentes da Biblioteca e dar a conhecer a riqueza bibliográfica aí existente.

Por esse facto, o director da Biblioteca foi encarregado, pela Câmara Municipal, de elaborar, com a maior urgência possível, um novo e actualizado catálogo.

Durante o mês de Dezembro último, a Biblioteca registou o movimento de 654 leitores, que consultaram 907 obras. No mesmo período entraram 13 volumes.

O nosso comentário continua a ser o mesmo: *Lamentamos que um trabalho desta natureza, a elaboração cuidada de um catálogo, que apela para tantos conhecimentos técnicos, não seja confiada a um bibliotecário!*

Bibliotecas populares no Porto

Em reunião mensal da vereação da Câmara Municipal do Porto, realizada em 20 de Novembro do ano passado, foi focado o problema das bibliotecas populares, dando-se a conhecer o resultado dos trabalhos da comissão encarregada desse estudo. Assim foi decidido criar, numa primeira fase, quatro a seis bibliotecas-piloto em vários bairros e, numa segunda fase, construir pavilhões fixos em vários locais e encarar a possibilidade de instalar bibliotecas populares com carácter fixo em prédios pertencentes à municipalidade ou em centros sociais de bairros de moradias económicas e noutros centros de características semelhantes. Foi deliberado, ainda, que estas bibliotecas não deveriam funcionar como simples salas de leitura segregada, mas como *bibliotecas de livre acesso*, onde os leitores possam ir à estante escolher as obras que lhes interessa ler na biblioteca ou requisitar para leitura domiciliária, durante um período estabelecido. Foi considerada como área satisfatória para cada biblioteca os cinquenta metros quadrados.

Subcomité FID/CCC/M sobre mecanização (CDU)

Os progressos alcançados na mecanização das tabelas da CDU e no emprego da CDU para os sistemas de recuperação mecanizada da informação, que foram tão importantes nos anos 60, e que culminaram com o 1.º e 2.º seminários da FID/CR, realizados respectivamente em Copenhaga e Francoforte do Meno (Relatórios (FID 405) n.ºs 9 e 11) têm decrescido nos últimos anos, assim como a actividade da FID/CCC/M.

Ultimamente, a Library of the Eidgenössische Technische Hochschule em Zurique (ETHZ) interessou-se pelo recomeço dos trabalhos. O seu director, Dr. J.-P. Sydler, que é membro da FID/CCC, é agora o presidente da FID/CCC/M e ofereceu os serviços da biblioteca da ETHZ para secretariado.

Tornando-se urgente completar o Subcomité, estão convidados todos os Membros Nacionais da FID a enviar o nome de um perito do seu país, interessado na CDU e na mecanização, para o presidente da FID/CCC/M — Dr. J.-P. Sydler, Direktor ETH Bibliothek, CH-8 006 Zürich, Leonhardstrasse 33.

Alguns aspectos do tratamento mecanográfico da informação

Iniciou-se no dia 17 de Dezembro, em Lisboa, e prolongou-se até 21, um seminário sobre «Alguns aspectos do Tratamento Mecanográfico da Informação», orientado pelo sr. José Raul Pereira da Costa, colaborador do Centro de Cálculo da Universidade Técnica de Lisboa. Foi promovido pela COPRAI — Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa, nas instalações desta Associação Industrial.

Em síntese, os temas tratados são os seguintes:

Binómio Informação-Documentação. Circuitos de Transferência de Conhecimentos. Problemática da colheita e Armazenamento da Informação. Ciências implicadas no processo de transferência da Informação e suas implicações nos esquemas de progresso. Algumas estruturas actuais e seus objectivos.

Aspectos do tratamento mecanográfico da Informação. Noções de computador e periféricos usuais, técnicas de utilização e linguagens. Organização e ficheiros. Exemplificação com a formulação de um «KWIC».

Classificações. Problemática da lógica de classificação e o agente classificador. Exaustividade e pertinência da classificação. Tendências actuais, linguística formal e natural.

Sistemas de restituição. Problema económico. Ciência da Informação. Tipos de colaboração existentes.

Centro de Documentação e Informação do Ensino

O Governo-Geral de Moçambique criou o Centro de Documentação e Informação do Ensino, extensivo a todo o Estado. Tem por finalidade recolher e divulgar elementos de psicopedagogia e didáctica dos vários graus e modalidades de ensino e executar estudos e investigações que possibilitem o programa das instituições educativas.

Compete ao Centro de Documentação e Informação do Ensino (C.D.I.E.), que vem substituir o agora extinto Grupo de Estudo e Trabalho para o Aperfeiçoamento do Ensino, o seguinte:

Manter actualizada a biblioteca psicopedagógica e didáctica da Inspeção Provincial de Educação e os respectivos ficheiros; organizar recensões das diversas obras da biblioteca e efectuar a sua publicação; promover o contacto com outros centros de documentação, casas editoras, bibliotecas e quaisquer outras entidades, para obtenção dos elementos que não possam ser directamente recolhidos em publicações; estabelecer permutas de publicações; providenciar para a recolha e conservação de todos os trabalhos escritos apresentados ou executados no âmbito dos Serviços de Educação; publicar boletins pedagógico-didácticos; fornecer aos agentes de ensino programas e suas alterações, bibliografia e demais elementos úteis à sua acção docente; promover e apoiar os cursos de actualização e aperfeiçoamento do pessoal docente de todos os ramos de ensino; apoiar a utilização das técnicas áudio-visuais; realizar estudos preparatórios para possíveis edições escolares e para adaptação e elaboração de material de ensino; organizar o museu pedagógico da Inspeção Provincial de Educação, promover a informação permanente do público sobre as actividades dos Serviços; realizar estudos preparatórios que sirvam de fundamento a experiências e outras actividades a levar a efeito em estabelecimentos de ensino.

Obras musicais desde os séculos XI e XII patentes ao público na Ajuda

Dezenas de manuscritos e volumes impressos, todos versando temas musicais, estiveram patentes ao público, no Palácio da Ajuda, durante o mês de Janeiro passado.

A exposição, intitulada «Flores da Música da Biblioteca da Ajuda», foi inaugurada pelo secretário de Estado da Instrução e Cultura, que se interessou vivamente pelas valiosas peças de museu expostas nos belos salões do Palácio.

A denominação do certame ficou a dever-se ao título «Flores de Música» de uma importante obra musical escrita no século xvii pelo organista elvense Manuel Rodrigues Coelho.

Pautas antiquíssimas, músicas escritas ainda em linha, datando algumas delas dos séculos xi e xii, puderam ser observadas, numa iniciativa de louvar, uma vez que dá a oportunidade ao público em geral e, sobretudo, aos estudiosos de analisarem alguns dos mais relevantes aspectos da história da música.

Entre as obras patentes contava-se uma primeira edição do «Dicionário de Música», de Jean-Jacques Rousseau, autografado por Rossini e editado em Paris, «com autorização e privilégio do Rei», em 1768.

Como já tem acontecido com outras exposições realizadas na Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e em outros estabelecimentos similares, esta exposição foi uma grata surpresa para muitas pessoas que estavam longe de supor as preciosidades que as nossas Bibliotecas e Arquivos possuem. A nossa Colega, Dr.^a Mariana Amélia Machado dos Santos, directora da Biblioteca da Ajuda, merece, assim, os maiores encômios pela iniciativa a que meteu ombros e que revela um desejo de valorização do estabelecimento que dirige—facto que cumpre realçar.

Cinquentenário da Biblioteca Municipal de Coimbra

Para comemorar o 50.^o aniversário da Biblioteca Municipal de Coimbra, que decorreu em Novembro passado, o seu Director, Sr. Armando Carneiro da Silva, bibliotecário da B.M.C., preparou duas exposições de grande interesse. A primeira, intitulada «Coimbra desaparecida», fez reviver aos saudosistas dos «bons velhos tempos» a fisionomia da sua Alta, antes das demolições, e toda uma série de motivos e evocações que o tempo apagou. A exposição era constituída por um extraordinário conjunto de cerca de centena e meia de fotografias em grandes ampliações. Metade delas reportava-se à Alta desaparecida com as suas características ruas e casas, arcos e escadinhas... locais que a tradição consagrou; a outra parte, referia-se ao elemento humano e social: políticos, escritores e, sobretudo, gente do povo.

Na segunda exposição sobressaíam espécies bibliográficas raras, por ex., alguns dos mais relevantes pergaminhos ligados à história da cidade: os forais de Coimbra (1516) e de Cernache (1514), dezenas de cartas régias desde D. Dinis até ao séc. xvi, assim como livros valiosos pertencentes à Biblioteca Municipal.

Dos 250 documentos presentes — pequeníssima parte entre os seis mil existentes nos arquivos municipais — o mais antigo era de 1269, ou seja a carta de D. Afonso III privilegiando e isentando de determinadas obrigações todos os que continuamente morassem desde a porta da Almedina para cima.

Um dos mais importantes e valiosos documentos que estiveram patentes foi, sem dúvida, o original em pergaminho da «Lei das sesmarias», de D. Fernando, cuja publicação se fez em Coimbra, em 1 de Junho de 1373.

Em lugar de destaque, pôde ver-se o mais perfeito pergaminho existente nos Arquivos da Biblioteca e que ainda conserva intacto e perfeito o selo régio em cera. Trata-se da Carta de D. Afonso V, datada de Lisboa de 20 de Fevereiro de 1457, fazendo mercê à cidade do dinheiro dos resíduos do Bispado para ser aplicado na ponte que estava em vias de ruir.

Outro documento curioso era uma provisão do Desembargador do Paço (1576), acerca de injúrias e ofensas cometidas por Simão Vaz de Camões e seus criados na pessoa do almotacé João Aires. Trata-se, como se sabe, dum tio do autor de «Os Lusíadas». Também em lugar de honra, achava-se a pedra foreira que era colocada em casas devedoras de foro à Comarca, bem como a respectiva carta régia de D. Manuel que determinava tal medida.

Ainda do tempo de D. Manuel I, viam-se os padrões das medidas de peso dadas à Câmara por aquele monarca, em 1499.

Qualquer destas exposições registou uma afluência deveras invulgar. Foram mesmo um acontecimento citadino de que os jornais e as emissoras de radiofusão se ocuparam largamente.

Entre os visitantes que as percorreram com interesse, contava-se a quase totalidade dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas que assistiam então, em Coimbra, ao seu IV Encontro e que puderam assim tomar contacto com as riquezas bibliográficas e arquivísticas da Biblioteca Municipal da Lusa Atenas.

As comemorações atingiram ainda maior culminância com a publicação e distribuição de seis importantes volumes numa afirmação do labor daquele departamento cultural do município e mercê do interesse e competência do seu director, Sr. Armando Carneiro da Silva, um dos mais competentes investigadores da História de Coimbra.

Assim, a Biblioteca Municipal fez distribuir as seguintes publicações:

«Volume XXVI do «Arquivo Coimbrão» — Boletim da Biblioteca Municipal — Direcção de Armando Carneiro da Silva; «Plano de Urbanização de Coimbra 1970 e a Região Plano Central» — M. L. da Costa Lobo; «Cronologia da Rainha Santa Isabel» — A. Silva Pinto; «A Biblioteca Municipal de Coimbra no Cinquentenário da sua criação» — Armando Carneiro da Silva; «Sisa de 1599» — Documentos do Arquivo Municipal — Leitura e nota por Armando Carneiro da Silva; «Acordos do Cabido de Coimbra» — Manuel Lopes de Almeida.

Todas estas obras vêm completar e enriquecer a já notável obra editorial daquela biblioteca, no campo do conhecimento histórico, económico e social desta cidade, motivo pelo qual se fica devendo mais um relevante serviço ao nosso Colega Armando Carneiro da Silva, competente director daquele departamento camarário.

Livros juvenis em exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa

Em meados de Outubro passado, por iniciativa da Direcção-Geral da Educação Permanente, realizou-se uma exposição de livros juvenis no átrio da Biblioteca Nacional de Lisboa. À inauguração da mesma, em 15 daquele mês, presidiu o Ministro da Educação Nacional que teve oportunidade de aludir, no seu discurso, à integração da cultura na vida, através do livro.

No mesmo dia, logo após a cerimónia inaugural, o escritor António Quadros proferiu uma conferência sobre o tema «A aventura e o mundo juvenil e os seus aspectos educativos». Pretendeu o conferencista mostrar a necessidade da literatura que prepare o adolescente para a vida que o acolherá sem contemplos, pelo que de maneira nenhuma ele pode viver num mundo fictício eternamente cor-de-rosa. O livro, destinado aos jovens, não deve escamotear as chamadas realidades que chocam. Por outro lado, a literatura juvenil pode e deve compensar, como a sublimação freudiana, a falta de acção que os jovens de hoje sentem no ambiente onde se movimentam, através da identificação do leitor com o «personagem-herói».

O tema prestou-se a um colóquio que registou intervenções de muito valor, algumas até bastante calorosas na defesa dos seus pontos de vista.

Pelos visitantes foi ainda distribuído um catálogo que permite fazer uma ideia do que se encontra, no nosso País, ao alcance do chamado público juvenil.

Exposição do British Council

Com a colaboração da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, o British Council vai realizar, de 23 de Abril a 4 de Maio do ano corrente, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, uma exposição de publicações periódicas britânicas especializadas em «Information Retrieval».

Exposição Bibliográfica «A Inglaterra e a Europa Medieval»

«A Inglaterra e a Europa Medieval» serviu de tema a uma exposição bibliográfica que esteve patente ao público, nos meses de Outubro a Dezembro do ano passado, primeiramente nas salas do Instituto Britânico de Lisboa, depois na Sala S. Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, sendo, finalmente, apresentada no Porto.

A exposição, que se compunha de uma selecção de cerca de 600 obras recentes entre as mais representativas da produção livreira britânica, destinava-se a mostrar não só as principais tendências contemporâneas nos estudos medievalistas, mas também a demonstrar que, durante toda a Idade Média, a vida cultural e política da Inglaterra se encontrou intimamente ligada à do continente europeu.

Os livros que constituíam a exposição foram agrupados nas seguintes secções: A experiência anglo-saxónica e o alvorecer da Europa; Os Normandos; Governo e Poder; Religião e Igreja; Organização Social; Vida e Trabalho; Centros Populacionais e Actividade Mercantil; O Mundo da Cultura; A Épica e a Literatura Trovadoresca; O Renascimento Italiano; As Artes; Bizâncio e a Europa Oriental.

Exposição iconográfica, documental e bibliográfica sobre Nicolau Nasoni (Porto)

A exposição inaugurada na Casa do Infante, englobando uma documentação variada, integrou-se nas comemorações do II Centenário da Morte de Nicolau Nasoni, o mestre italiano que tanto valorizou a capital do norte e outras localidades nortenhas com os seus admiráveis monumentos da época do barroco. As várias facetas do artista estavam ali representadas através de esboços de pormenores arquitectónicos, de fotografias das suas construções (espalhadas por toda a cidade) e até de escritos seus.

Nas vitrines podia ver-se, também, uma vasta bibliografia sobre a obra daquele que, com toda a justiça, foi conhecido pelo «arquitecto do Porto». Não faltaram, sequer, os jornais de um passado próximo, focando um ou outro aspecto dos palácios e jardins de Nasoni.

Exposição do livro romeno

Na Associação Comercial de Lisboa, em 15 de Outubro passado, foi inaugurada uma exposição do livro romeno, promovida pela Sociedade de Língua Portuguesa. A mostra incluía espécies fornecidas pelo Instituto Romeno para as Relações Culturais com o Estrangeiro, de Bucareste.

A referida exposição esteve patente ao público até ao dia 19 seguinte, tendo-se mantido diariamente aberta das 9,30 h até às 20 horas.

Feiras do Livro

III Feira do Livro de Alhos Vedros

Organizada pela Comissão Cultural da Academia Musical e Recreativa «8 de Janeiro», de Alhos Vedros, realizou-se de 29 de Junho a 7 de Julho, naquela localidade, a «III Feira do Livro de Alhos Vedros», no decorrer da qual se manteve aberto, no recinto da Feira, um pavilhão de Arte Livre Infantil.

Do programa já elaborado constaram ainda diversas manifestações culturais, nomeadamente, a representação da peça «Ceia II», pelo grupo de teatro «A Comuna», uma sessão de música portuguesa, uma noite musical, com a intervenção de dois grupos corais, um colóquio, além de uma noite de cinema e outra de teatro, respectivamente no cine-teatro local e na sede da Academia.

I Feira do Livro das Caldas da Rainha

A I Feira do Livro das Caldas da Rainha, uma organização da Biblioteca Pública e da Secção do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Leiria — Caldas da Rainha, com o patrocínio da Comissão Municipal de Turismo, esteve patente ao público até 16 de Outubro passado, funcionando de 2.^a a 6.^a feira, das 18 às 23 horas, e ao sábado e domingo, das 10 às 23 horas.

No decurso da Feira do Livro realizaram-se muitas manifestações de carácter cultural. Assim, no domingo, 7, houve cinema para crianças (filmes de Charlie Chaplin e outros) pelo Cineclube de Torres Novas, e palestra alusiva, pela Dr.^a Matilde Rosa Araújo, na Sociedade de Instrução e Recreio «Os Pimpões». Nesse mesmo dia, inaugurou-se a Exposição de Painéis de Azulejos, de Vasco Osório Mourão (VOM), no Posto de Turismo, onde apresentou pela primeira vez ao público os seus trabalhos, numa homenagem ao pintor Pablo Picasso.

Na segunda-feira, 8, às 21h30, actuou o Grupo de Teatro do Atlético Clube de Campolide, no Teatro Pinheiro Chagas; terça-feira, foi o dia dedicado à Juventude, integrado no Ano Internacional da Criança; quarta-feira, no Hotel Lisbonense, houve representação da peça «Brincadeiras», pelo Grupo de Teatro «Comuna»; quinta-feira, dia 11, no Ginásio da Escola Industrial e Comercial, a orquestra Imave, com cerca de 40 elementos, executou, sob a regência do maestro José Atalaya, a Sinfonia n.º 29 de Mozart.

O dia de sexta-feira, foi dedicado ao estudante e no sábado, 13, realizou-se novo espectáculo para crianças com marionetes de Francisco Esteves, do Instituto de Tecnologia Educativa, no Museu José Malhoa.

No domingo, 14, actuou o Choral Phydellius, no Casino do Parque, sendo a segunda-feira o «Dia dedicado ao Trabalhador».

Esta Feira do Livro que teve, como se vê, um programa bastante completo, foi encerrada, no dia 16, com uma sessão na sede do Sindicato, durante a qual houve uma palestra sobre o Livro.

Que desejam ler as crianças?

Por Peggy Heeks, bibliotecária infantil, em Berkshire

«Todos os anos os editores britânicos lançam mais de 2 000 livros novos para crianças. Todos os anos as bibliotecas públicas e as escolas gastam milhares de libras na compra desses livros. Mas cabe perguntar o que pretende o editor quando encomenda, aceita ou rejeita um novo livro e qual é o critério de escolha dos compradores.

Qualquer estranho pensaria que os editores se preocupam sobretudo com o volume de vendas e as bibliotecas com o número de livros requisitados, mas o facto é que tanto uns como outros pretendem oferecer qualidade, quer se trate de um livro de consulta, quer de um livro de histórias.

No que se refere à leitura propriamente dita, a política de dar às crianças o que elas querem parece desempenhar um papel muito pequeno na maneira de ver dos adultos.

Talvez isso aconteça por serem escassos os estudos realizados na Grã-Bretanha sobre os gostos das crianças.

A obra mais referenciada sobre este assunto é a de A. J. Jenkinson, «O que Lêem os Rapazes e as Raparigas», publicada em 1940, que se concentra nos hábitos de leitura de crianças entre os 12 e os 15 anos. Desde então têm surgido vários estudos em menor escala, diferentes entre si em objectivo, campo de investigação e metodologia, o que torna difícil compará-los.

Dada a ausência de um padrão comum, é surpreendente ter-se conseguido chegar no entanto a algumas conclusões gerais. Está provado que as raparigas lêem mais do que os rapazes; que o nível de leitura atinge o máximo entre os 12 e os 14 anos, decrescendo a partir daí; que as preferências literárias dos dois sexos diferem profundamente a partir dos oito anos, aceitando as raparigas uma maior variedade de livros e que as histórias de aventuras são as que gozam de maior popularidade.

Os números indicativos do nível médio de leitura andam à volta de dois livros por mês e demonstram continuar a leitura a ser a actividade mais importante dos tempos livres. Reconhece-se ser necessária a realização de um estudo em grande escala sobre a matéria de leitura infantil e a Universidade de Sheffield, no Norte da Inglaterra, efectua actualmente um trabalho desse tipo, cujos resultados estão previstos para este ano e são aguardados com interesse.

Os estudos efectuados a nível local têm a particular vantagem de manterem em contacto o bibliotecário e o leitor e de fornecerem uma análise de dados que permitem a formação de um critério. Por exemplo, em Berkshire, no Sul da Inglaterra, condado com uma população escolar superior a 90 000 crianças, pensamos que, a avaliar pelos pedidos existentes nos nossos registos, a fantasia e o humor são os géneros de maior popularidade.

Estamos a fazer constantemente novas encomendas das histórias de Narnia, de C.S. Lewis, das de Alan Gardner, dos livros de Michael Bond e de livros tais como «Tom's Midnight Garden», «The Borrowers», «The Iron Man», «The Hobbit» e da série «Jennings» de Anthony Buckeridge. Após um estudo efectuado com milhares de crianças entre os 10 e 15 anos, os resultados não só vieram confirmar aqueles livros que considerávamos mais populares — aqueles que eram mais solicitados na nossa biblioteca — como também nos causaram certa surpresa e informaram em certa medida.

A lista das preferências de leitores, com 10 ou 11 anos, era a seguinte:

Autores favoritos

1. Enid Blyton
2. C. S. Lewis
3. Anthony Buckeridge; W. E. Johns
4. Michael Bond
5. Robert Louis Stevenson
6. Willard Price

Livros favoritos

1. «Black Beauty» («Beleza Negra»)
2. «The Lion, the Witch and the Wardrobe»
3. «Little Women» («Mulherzinhas»); «The Silver Sword»; «The Wind in the Willows»
4. «Heidi»
5. «Children on the Oregon Trail»; «Winnie the Pooh»
6. «The Hobbit»; «Treasure Island» («A Ilha do Tesouro»)

Géneros favoritos

1. Aventuras
2. Livros de consulta ou erudição
3. Contos escolares
4. Lendas e contos de fadas
5. Histórias de mistério
6. Histórias de animais

É curioso que os resultados obtidos em Berkshire sejam semelhantes aos do relatório provisório da Universidade de Sheffield e aos resultados de um estudo realizado para o jornal «Where». É significativa a grande variedade de livros lidos (em Berkshire, 300 crianças de um dos grupos formados por idades mencionaram 200 títulos diferentes) e a disparidade entre as categorias de livros mais lidos e dos mais editados.

Os romances históricos, por exemplo, ocupam um lugar cimeiro nas listas dos editores e foram classificados em último lugar na lista de preferências das crianças; os contos escolares e as histórias de animais despertam grande interesse entre as crianças, mas a oferta dos editores neste campo é bastante reduzida. É espantosa a escassez de livros

cômicos — neste campo os americanos fazem muito mais — e os livros de aventuras, apesar de ocuparem os primeiros lugares na preferência das crianças na idade do máximo nível de leitura, sofreram agora uma tal mudança que são quase irreconhecíveis.

«A Ilha do Tesouro», que goza ainda de grande popularidade, é o epítome do livro de aventuras; o autor dos nossos dias mais próximo de Stevenson é Leon Garfield, sem par entre os autores actuais de literatura infantil pela sua forma de combinar tensão e ritmo nas suas narrativas. As aventuras descritas por Ransome e Blyton, transportadas para o após-guerra por David Severn e Malcolm Savile, desapareceram praticamente.

A vida moderna reduziu de tal modo as possibilidades da aventura clássica, que muitos autores optaram por outros géneros: ficção científica, como John Christopher, o mundo do sobrenatural, a novela histórica. Alguns deles, como Eric Allen, E. W. Hildick, Richard Parker, lançaram os olhos mais para aquilo que os rodeava e criaram obras notáveis utilizando temas quotidianos da vida urbana normal.

Os resultados dos estudos efectuados mostram ser conservadores os gostos de leitura das crianças, mas neste aspecto devemos ter em consideração a influência dos adultos e o número considerável de livros lidos por audácia infantil, o que não figurou em qualquer estatística. A atracção por parte das crianças da escola primária em relação aos clássicos da literatura infantil é muito forte; as novelas realistas modernas, a obra de Nina Bawden ou de Roy Brown, por exemplo, raramente foram mencionadas pelos grupos desta idade no estudo feito em Berkshire, mas figuram nas listas dos alunos das escolas secundárias, sendo frequentemente mencionados autores como Josephine Kamm e John Rowe Townsend.

Entre as crianças mais velhas, a evasão é uma das funções importantes da leitura, quer seja para o inquietante mundo de «The Owl Service», de Alan Garner, quer os romances de Georgette Heyer, ou para os movimentados romances policiais ou histórias de fantasmas.

Todos aqueles que se preocupam com a qualidade das leituras infantis cobrarão ânimo ao ver que C. S. Lewis quase caminha a passo com Enid Blyton, D. H. Lawrence com Agatha Christie. Também se podem regozijar com o nível elevado do que se escreve actualmente para as crianças na Grã-Bretanha, do qual não se podem considerar alheios os esforços de muitos dos editores que concorrem este ano à Feira Bibliográfica de Bolonha.

Algumas das melhores obras ainda não viram aparecer o seu nome nas recentes investigações. As crianças desfrutam de livros comprados ou oferecidos pelos adultos, dando a sensação de que tanto os professores como os pais chegaram até Mary Norton, K. M. Peyton e Philippa Pearce, mas desconhecem completamente os escritores mais recentes. Muitos autores, cuja obra tem o elogio unânime da crítica, não foram ainda significativamente mencionados nas listas de leituras.

Poderíamos mencionar, a título breve, alguns autores de literatura infantil que contribuíram para a renovação deste género literário na Grã-Bretanha e cujos nomes esperamos ver nas listas obtidas daqui a cinco anos: Joan Aiken, uma veia inesgotável de aventuras fantásticas, com heroínas corajosas e tenazes heróis e uma colecção de vilões da pior espécie. Obteve o prémio da literatura infantil criado pelo jornal «The Guardian» com a sua obra «The Whispering Mountain». Helen Cresswell, quase ainda uma criança, consegue captar admiravelmente o momento em que o maravilhoso se torna realidade. É conhecida sobretudo pela sua obra «The Piemakers» e «The Nightwatchmen». O seu último livro, «The Deachcombers», é de longe o melhor até à data. Peter Dickinson, de interesses e ideias vastas, que se popularizou pela sua trilogia sobre a Inglaterra daqui a 50 anos, quando as máquinas forem banidas. Penelope Farmer, capaz de despertar o interesse dos mais pequenos, como testemunha a sua obra «Dragonfly Summer», e dos mais velhos com «A Castle of Bone». Jane Gardam, que surgiu repentinamente em 1971 com «A Fair Days», uma série de pequenas histórias para os mais novos, e «A Long Way from Verona», uma brilhante evocação da vida escolar dos anos 40. John Gordon: forças sobrenaturais misteriosas e terríveis aparecem quase ao nível da realidade em «The Giant Under the Snow» e «The House on the Brink». Rosemary Harris, premiada com a Medalha Carnegie pelo seu primeiro livro para crianças «The Moon in the Cloud», cuja história se desenrola nos tempos de Noé. Ivan Southall, que ganhou a mesma medalha com a obra autobiográfica «Josh». Catherine Storr, escritora de grande profundidade, cuja história mais conhecida é «Marianne Dreams», uma mistura do mundo dos sonhos com o real. Jill Paton Walsh, conhecida especialmente pelas suas narrações verídicas e alheias a qualquer sensacionalismo sobre Inglaterra durante a guerra, «Dolphin Gossiping» e «Fireweed».

Entretanto, o assunto de conversa dos críticos de 1972 foi a obra de Richard Adams, «Watership Down», o seu primeiro livro, longo, absorvente e perfeitamente acreditável. Tendo como tema a busca de um território, descreve as vicissitudes e perigos por que passou um grupo de coelhos até estabelecer a sua morada final. Aclamado firmemente pelos adultos, esperamos com interesse saber qual o acolhimento que gozou entre as crianças.

(in «Novidades», Lisboa, 11-11-1973, p. 2 [Letras e Artes])

A desigualdade no acesso à leitura à escala mundial

Ronald Barker, Secretário da Associação dos Editores Britânicos, e Robert Escarpit, Professor da Universidade de Bordéus, são os autores de uma obra, publicada sob o patrocínio da Unesco e cujo título é: «A fome de livros». Aí se revela que, *em cada minuto que passa*, se publica no mundo um novo livro; e que, no entanto, não obstante o surto de edições, *mais de metade da população mundial tem falta de livros para ler*, enquanto que a produção de alguns países atinge os limites da saturação.

Assim, são impressos anualmente uns 8 000 milhões de exemplares de obras; mas 4, em cada 5 desses livros, são postos à venda em *meia dúzia de países* (E.U.A., Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Japão e União Soviética). Por outro lado, se a população dos países altamente industrializados parece mostrar-se indiferente aos livros, de que pode dispor em excesso, nos países pobres verifica-se, por contraste, uma fome insaciável de leitura, tanto mais aguda quanto nos nossos dias os governos se esforçam por extirpar radicalmente o analfabetismo da face da terra.

Nos últimos vinte anos, a população mundial alfabetizada passou para mais do dobro. Assim, «na Ásia, na América Latina e na África, verifica-se uma grande falta de livros motivada pela baixa produção, pelos deficientes meios de distribuição e pelo elevado custo dos livros importados».

Vejam agora o que se passa nos países desenvolvidos, onde se observa uma produção superabundante. Na Itália, por exemplo, 40% da população não lê qualquer livro e, em França, a percentagem eleva-se a 53%.

Segundo os referidos autores, isto deve-se, talvez, à concorrência dos meios áudio-visuais e, quiçá, a certos hábitos pré-escolares: «A criança que só toma contacto com os livros, pela primeira vez, quando vai frequentar a escola, passa a associar a ideia da leitura ao ambiente das aulas, sobretudo se os pais não lêem em casa. Ora sucede, frequentemente, que uma criança nessas condições detesta ler e nunca mais pega num livro depois de sair da escola».

Revista sobre bibliotecas

A nova publicação *Library History* — que aparece trimestralmente a partir de 1973 — pretende integrar a investigação sobre bibliotecas num plano internacional, contribuindo assim para uma melhor compreensão e intercâmbio das bibliotecas de todo o mundo.

O âmbito da revista abarca toda a evolução da biblioteconomia e os aspectos de desenvolvimento e actividade das bibliotecas e, simultaneamente, as suas implicações culturais, científicas e sociais. Serão também aí incluídas análises críticas dos livros mais importantes no campo da história das bibliotecas.

Library History publicará ainda as informações respeitantes aos acontecimentos importantes da actividade das bibliotecas a nível internacional. A secção especial «Notícias e comentários» (News and Notes) compreenderá projectos tais como o estabelecimento de novos centros da história das bibliotecas, associações, actas de congressos nacionais e internacionais, etc...

A assinatura custa 25 dólares por ano, nos EUA e no Canadá, e 10 libras na Europa. Todos os pedidos podem ser dirigidos a K. K. Roy (Private) Ltd., 55 Gariahat Road, P. O. Box 10 210, Calcutta 7 000 19, Índia.

REUNIÕES CIENTÍFICAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
16-17 Janeiro 1974	Houston (Texas)	National Microfilm Association, Suite 1101, 8728 Colesville Road, Silver Spring, Maryland 20910, USA.	Encontro a meio do Inverno da Associação Nacional de Microfilmes		
16-18 Janeiro 1974	(Luxemburgo)		Encontro da ISO/TC 46/WG 3-Terminologia da documentação	Terminologia da documentação	Secr: DNA, Burggrafenstrasse 4-7, 1 Berlin 30

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
17-18 Janeiro 1974	Haia		Encontro do Grupo Executivo da FID/CCC -EG		
21-30 Janeiro 1974	Dakar (Senegal)	Unesco	Conferência de minis- tros dos membros dos estados africanos res- ponsáveis pela aplica- ção da ciência e tecno- logia ao desenvolvi- mento (CASTAFRI- CA)	Aplicação da ciência e tecnologia ao desenvolvi- mento	
28-30 Janeiro 1974	Paris	Unesco	Consulta com um gru- po de especialistas sobre a harmonização da me- todologia e programas na preparação de do- cumentalistas, bibliote- cários e arquivistas.	Orientação de documen- talistas, bibliotecários e ar- quivistas	
29-31 Janeiro 1974	Haia		Encontro do Comité Executivo da FID		
30-1 Fevereiro 1974	Paris	Unesco	Consulta sobre a har- monização da metodo- logia e programas na preparação de docu- mentalistas	Preparação de documen- talistas	
4-8 Fevereiro 1974	Paris	Unesco, Paris	1.º Encontro do Comité Consultivo do UNI- SIST		Anteriormente anunciado para 24-28 Set. 1973
11-13 Fevereiro 1974	Haia		5.º Encontro da FID/ /SRC. (Subject-field Reference Code)		
11-17 Fevereiro 1974	Cairo	Unesco	Encontro de especialis- tas sobre o planeamento nacional de documen- tação e serviços de bibliotecas nos países árabes	Documentação e serviços de bibliotecas nos países árabes	
18-15 Março 1974	Genebra		Curso prático avançado UNITAR sobre do- cumentação internacio- nal	Documentação internacio- nal	Secr: UNITAR, Palais des Nations, Geneva, Swit- zerland.

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
7-11 Março 1974	Nairobi (Quênia)		Assembleia de organizações não-governamentais		Secr: Mr. C. Katungi, Communication Division, U. N. Environment Programme, P. O. Box 30552, Nairobi
11-12 Março 1974	Paris		Encontro da FID/ET-Educação e Treino		
11-13 Março 1974	Colónia (Alemanha)		Encontro da FID/CCC-Comité Central de Classificação		
11-13 Março 1974	Paris	Unesco	Encontro do Gabinete IACODLA e consulta sobre planeamento nacional para documentação, bibliotecas e arquivos	Planeamento nacional para documentação, bibliotecas e arquivos	
11-15 Março 1974	Haia	Encontro da FID/CCC, Comité Central de Classificação, e Encontro conjunto com os directores da FID/C... (provavelmente em Colónia)			
12-13 Março 1974	Chicago		Conferência anual da Federação Nacional de Serviços de Resumos e Indexação	A informação como um recurso	Secr: NFAIS 3401 Market Street, Philadelphia, Pennsylvania, 19104
14-15 Março 1974	Colónia		2.º Encontro conjunto dos responsáveis da FID/C com a FID/CCC		
...Abril 1974	Viena	International Atomic Energy Agency, P. O. Box 590, A-1011 Viena, Áustria	Seminário sobre Indexação de assuntos para o INIS		
1-6 Abril 1974	Washington, D. C.	International Association of Law Libraries, Universitätsstr. 6, D-355 Marburg, Alemanha	5.º Curso de direito para bibliotecários	Direito para bibliotecários	
4-6 Abril 1974	Guilford (Inglaterra)		6.ª Conferência do Instituto de Cientistas da Informação	Ciência da informação — base e prática.	Secr: Mrs. S. E. Stephenson, Solartron Electronic Group Ltd., Victoria Road, Farnborough, Hants, England

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
8-9 Abril 1974	Paris	Unesco	Grupo de trabalho do UNISIST acerca da troca de dados bibliográficos	Troca de dados bibliográficos	
9-11 Abril 1974	Viena		Encontro do Comité coordenador das ciências da vida da FID/ /C/4		
16-18 Abril 1974	Londres	Aslib, 3 Belgrave Square, London SW1X 8 PL	Conferência sobre Publicações europeias nacionais oficiais	Publicações europeias nacionais oficiais	
22-24 Abril 1974	Londres	Aslib Transport and Planning Group	Conferência sobre Transporte e Informação	Transporte e Informação	
28-1 Maio 1974	Champaign (Illinois)		11.ª Clínica Anual sobre Aplicações às Bibliotecas do processamento de dados	Aplicação de mini-computadores a bibliotecas e problemas relacionados	Secr: L. E. Sigler, Clinic Supervisor OS-97, Conferences and Institutes, 116 Illini Hall, Champaign, Illinois 61820
1-3 Maio 1974	Copenhaga		Encontro do Conselho da FID precedido por um encontro do Comité Executivo em 5 de Março		
6-10 Maio 1974	Haia		29.º Encontro da FID/ /C 3-Ciências Sociais		
9-10 Maio 1974	Bruxelas		Colóquio Nacional sobre a Informação e a Documentação na Bélgica	Informação e documentação na Bélgica	Secr: M. Hendrickx, Association Belge de Documentation, P. O. Box 110, 1040 Brussels 26
15-17 Maio 1974	Genebra	ISO Central Secretariat, 1 rue de Varembé, 1211 Geneva 20	8.º Encontro da ISO/ /TC 97-Computadores e Processamento da Informação	Computadores e Processamento da Informação	
16-17 Maio 1974	Haia		Encontro da FID/CCC-EG, Grupo Executivo		
20-31 Maio 1974	Atenas	Organização do Tratado do Atlântico Norte	Curso de administração científica e gestão de bibliotecas e centros de informação	Administração científica e gestão de bibliotecas e centros de informação	Secr: Mr. C. W. Cleverdon, Cranfield Institute of Technology, Cranfield, Bedford MK 430AL, England

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
20-31 Maio 1974	Helsínquia		Encontro Plenário da Documentação ISO/TC 46		Secr: Mrs J. Eggert Deutscher Normenausschuss Burggrafenstrasse 4-7, O D-1000 Berlin 30
20-31 Maio 1974	Atenas		Instituto de Estudos Avançados sobre a Aplicação da Gestão Científica e Técnicas de avaliação	Aplicação da gestão científica e técnicas de avaliação	Secr: Mrs. J. Eggert, Deutscher Normenausschuss, Burggrafenstrasse 4-7, O D-1000 Berlin 30
23-24 Maio 1974	Quebeque (Canadá)	Association for Library Automation Research Communications, LARC, P. O. Box 27235, Tempe, Arizona 85282	Serials Data Bases Institute		
4-7 Junho 1974	Viena		5.º Encontro da ISO/TC 37, Terminologia		
9-13 Junho 1974	Toronto (Canadá)	SLA, 235 Park Avenue South, New York, N. Y. 20003	65.ª Conferência Anual da SLA		
...-...Julho 1974	Berlim (Alemanha Ocidental)		Assembleia Geral do Conselho Internacional da Comissão de Resumos das Uniões Científicas		Secr: Mrs. Jeanne Poyen ICSU/AB, 6 rue Mirabeau, Paris
28-9 Agosto 1974	College Park (Maryland)		8.º Plano anual desenvolvido de administradores de bibliotecas	Desenvolvimento de administração de bibliotecas.	Secr: Mrs. Effie T. Knight, Administrative Assistant, College of Library and Information Services, University of Maryland, College Park, Maryland 20742
29-2 Agosto 1974	Jerusalém	ILTAM Ltd., POB 7170, Jerusalem	2.ª Conferência de Jerusalém sobre Tecnologia da Informação	Tecnologia da informação	
...Agosto 1974	Montreal (Canadá)		12.ª Conferência Anual da Associação dos Sistemas de Informação Urbana e Regional (URISA)	Recursos e resultados	Secr: George Farnsworth, URISA Program Committee, Bureau of the Census, Room 3536-3, Washington, D. C. 20233
5-10 Agosto 1974	Estocolmo		Congresso da IFIP		Secr: Mr. Herbert Freeman, New York University, School of Engineering and Science University Heights, Bronx, N. Y. 10453, ou SSI, 31 Styrnansgatan, S-11454 Stockholm.

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
5-10 Agosto 1974	Estocolmo		MEDINFO: Conferência Mundial sobre Informática Médica	Informática médica	Secr: Prof. F. Grémy, Centre de Calcul et de Statistique, 91 Boulevard de l'Hôpital, F-75634 Paris 13
14-24 Agosto 1974	Katowice (Polónia)	Unesco, Paris	Curso prático sobre «Sistemas de recuperação da Informação»	Sistemas de recuperação da informação	
25-30 Agosto 1974	Seoul (República da Coreia)		Conferência Regional da FID/CAO, Comissão Regional para a Ásia e Oceania		
27-31 Agosto 1974	Londres	International Council on Archives, 60 rue des Francs-Bourgeois, 75003 Paris	Conferência experimental sobre processamento de dados para arquivistas		
...Setembro 1974	Moscovo	UNIDO, Vienna	Programa Interregional para responsáveis da informação industrial e documentalistas dos países de língua espanhola		
...Setembro 1974	Singapura	UNIDO, Vienna	Seminário Regional sobre Informação Industrial		
3-5 Setembro 1974	Copenhaga		Encontro da FID/II, Informação para a Indústria		
4-13 Setembro 1974	Liverpul	Department of Library and Information Studies of Liverpool Polytechnic c/o British Council	2.º Seminário Internacional sobre «Library Education in Europe»	O ensino da Biblioteconomia na Europa	WH Snape, Department of Library and Information Studies, Liverpool Polytechnic, Tithebarn Street, Liverpool L2 2ER
9-12 Setembro 1974	Nova York	American Management Association	Exposição e Conferência sobre sistemas de Informação	Sistemas de informação	Clapp & Poliak, Inc., 245 Park Ave., New York, N. Y. 10017
10-13 Setembro 1974	Polanica Zdrój (Polónia)		Conferência Nacional sobre Disseminação Selectiva da Informação no Sistema Nacional da Informação		Secr: Biblioteka Główna i Ósrodek Informacji Naukowo-Technicznej Politechniki wrocławskiej, wybrzeze wyspińskiego 27, 50-370 Wrocław, Poland

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
10-15 Setembro 1974	Namur (Bélgica)	International Cybernetics Association	VII Congresso Internacional de Cibernética		International Association for Cybernetics, Palais des Expositions, Place André Rijckmans 5000 Namur, Bélgica
15-21 Setembro 1974	Dar-es-Salaam (Tanzania)		Conferência Habitual dos Bibliotecários da África Oriental	As bibliotecas e o seu impacto na educação, economia e cultura	Secr: Tanzania Library Association, P. O. Box 2645, Dar-es-Salam
18-19 Setembro 1974	Colónia (Alemanha)		Conferência internacional sobre Centros de Informação	Centros de informação	Secr: Prof. Dr. P. Schinitz, Lehrstuhl für Informatik, University of Cologne, 136 Berrenrather Strasse, 5 Köln 41, FRG
18-20 Setembro 1974	Copenhaga		Encontro da FID/II, Informação para a indústria		
22-25 Setembro 1974	Cambridge		48.ª Conferência anual da Aslib	Instrumentos, técnicas e fontes	
23-27 Setembro 1974	Paris	UNESCO, FID, IFLA e ICA	Conferência Intergovernamental sobre Planeamento das Infra-Estruturas e Documentação, de Bibliotecas e de Arquivos Nacionais	1) Planificação das infra-estruturas nacionais dos serviços de documentação, de bibliotecas e de arquivos 2) Planificação da tecnologia da informação 3) Planificação do pessoal técnico da informação	
25-27 Setembro 1974	Londres	Aslib, 3 Belgrave Square, London SW1	Conferência do Jubileu da Aslib (1924-1974)		
26-27 Setembro 1974	Paris	Unesco	Grupo de trabalho do UNISIST sobre Intercâmbio de dados bibliográficos		
30-4 Outubro 1974	Varna (Bulgária)	INIS Section, International Atomic Energy Agency, P. O. Box 590, A - 1011 Viena, Áustria	Simpósio sobre <i>Mission and Subject-Oriented Systems</i> ; o seu papel e compatibilidade na rede internacional de informação		
2-3 Outubro 1974	Bruxelas	AGARD-NATO, 7 rue Ancellé, 92200 Neuilly-sur-Seine, France	Redes nacionais e internacionais de bibliotecas, centros de documentação e de informação		
2-4 Outubro 1974	Bruxelas?		Encontro da FID/C 2, Religião		

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
3-10 Outubro 1974	Budapeste		6.º Congresso do Conselho Internacional para Investigação sobre construção, Estudos e Documentação (CIB)	O impacto da investigação no campo da construção	Secr: Hungarian Institute for Building Science ETI, Dávid Ferenc n. 6, Budapest XI
7-10 Outubro 1974	Otava		XV.ª Conferência internacional da «Table Ronde» dos arquivos		Secr: 3o quai Henri IV, 75004, Paris
7-10 Outubro 1974	São Paulo (Brasil)		Conferência Internacional de Micrografia	Micrografia	Secr: António de Andrade e Silva, Prodesan S. A., Pca, Expedicionarios 10, Santos, Brasil
13-17 Outubro 1974	Atlanta (Georgia)		Sociedade Americana para a Ciência da Informação (ASIS) - 37º encontro anual		Secr: ASIS, 1140 Connecticut Ave., N. W., Washington, D. C. 20036
...	(República Democrática Alemã)	International Bureau of Documentation and Information of Sport (IBDI) c/o Nederlandse Sport Federatie (NSF), 6 Burg. van Karnebeeklaan, The Hague, Netherlands	V Congresso da Documentação de Ciências do Desporto		
16-17 Outubro 1974	Viena	World Intellectual Property Organization (WIPO), 32 Chemin des Colombettes, 1211 Geneva 20, Switzerland	Encontro dos utentes do International Patent Documentation (INPADOC)		
16-18 ? 1974	Paris		18.ª Sessão da Conferência Geral da Unesco		
4-6 Novembro 1974	Hong-Kong	Asian Productivity Organization, Aoyama Daiichi Mansions, 4-14, Akasaka 8-chome, Minato-Ku, Tokyo 107, Japan	Segundo Encontro «Workshop» dos Responsáveis da Informação das Organizações Nacionais de Productividade.		
4-9 Novembro 1974	Caracas (Venezuela)		Encontro da FID/CLA, Comissão latino-americana da FID		

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
12-15 Novembro 1974	Colónia (Alemanha)	Ausschuss für Wirtschaftliche Verwaltung in Wirtschaft und öffentlicher Hand e. V., EMK-Kongressbüro, 171-169 Gutleutstrasse, D-6000 Frankfurt/Main 1, Germany	2.ª Convenção Europeia de Microfilme		
18-23 Novembro 1974	Washington, D. C.		40.º Encontro do Conselho Geral da IFLA	Planeamento nacional e internacional de bibliotecas	Secr: Miss M. Wijns-troom, General Secretary, IFLA, P. O. Box 9128, The Hague, Netherlands
19-22 Novembro 1974	Genebra (Suíça)		Exposição Internacional de Reprografia patrocinada pelo Conselho Internacional de Reprografia	Reprografia	Secr: Mr. Brian Mack, Mack-Brooks Exhibitions Ltd., 62-64 Victoria Street, St. Albans, Herts AL 1 3XT, England
21-22 Novembro 1974	Haia		Encontro da FID/CCC-EG, Grupo executivo		
25-28 Novembro 1974	Estocolmo		A biblioteca interactiva: Processos de mecanização nas bibliotecas e nas redes da informação		Secr: Swedish Society for Technical Documentation (TLS), Box 5073, S-102 42 Stockholm 5, Sweden
5-11 Janeiro 1975	Bombaim (Índia)		3.ª Conferência Internacional de Estudos sobre Investigação da Classificação	Classificação e redes de informação global	Secr: FID/CR Secretariat, DRTC, 112 Cross Road 11, Malleswaram, Bangalore 560003, Índia
14-18 Abril 1975	México		5.º Congresso Mundial da Internacional Association of Agricultural Librarians and Documentalists		Secr.: Lic. Pablo Velásquez, Director, Biblioteca Agrícola Nacional, Apartado 6-882, Mexico 6, D. F.
15-19 Abril 1975	Graz (Áustria)	Prof. Dr. J. Recla, President of the International Bureau of Documentation and Information of Sport, Conrad-von-Hötzendorf-Strasse 11/1, A-8010 Graz	5.º Congresso Internacional (Jubilee Congress) sobre Documentação das Ciências do Desporto		
11-16 Agosto 1975	Oslo	IFLA	Encontro do Conselho Geral da IFLA		

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
...Setembro 1975	Budapeste	V Congresso Internacional sobre Documentação das Ciências do Desporto			Secr: International Bureau of Documentation and Information of Sport (IBDI)-(ICSPE), 6 Barg. van Karnebeeklaan, The Hague, Netherlands) (Corrige a informação do Boletim da FID).

Reuniões de valorização profissional

Lisboa

Os colegas de Lisboa anunciaram três reuniões de valorização profissional com o seguinte calendário e temas:

30 de Abril — Problemática das bibliotecas. O caso português, pela colega Maria José Moura.

22 de Maio — Problemática dos arquivos. O caso português, pela colega Eugénia Ribeiro da Costa.

3 de Julho — Problemática dos serviços de informação e documentação. O caso português, pela colega Maria Isabel Loff.

Coimbra

No dia 19 de Outubro do ano passado, realizou-se mais uma reunião de valorização profissional constando da agenda os seguintes pontos:

1. IV Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
2. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
3. Aspectos da Reunião de Grenoble da IFLA focados pelo colega Jorge Peixoto.
4. Situação de «Cadernos».

No dia 8 de Março, do ano corrente, a agenda da reunião foi a seguinte:

1. Impressões sobre as bibliotecas universitárias de Angola e Moçambique, pelo colega Jorge Peixoto.
2. Informações várias.

Em ambas estas reuniões estiveram presentes muitos colegas, tendo-se travado animado debate durante a discussão de alguns temas.

Curso para técnicos auxiliares das bibliotecas universitárias

Semelhantemente ao que tinha acontecido em Lisboa, Porto e Coimbra, de Março a Junho do ano passado, também em Lourenço Marques se realizou, de 7 de Janeiro a 7 de Fevereiro do ano corrente, um curso para técnicos auxiliares das bibliotecas universitárias.

O curso foi ministrado pelos colegas Jorge Peixoto, Alda Lima e Maria José Moura.

Para um maior intercâmbio livreiro luso-espanhol

Em meados de Outubro passado, na Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, efectuou-se uma reunião de livreiros, editores e distribuidores, que foi presidida pelo Dr. Alberto Monteiro e à qual assistiram o ministro encarregado dos assuntos económicos da Embaixada de Espanha e outros altos funcionários dos sectores culturais desta última.

A finalidade da reunião foi a constituição, no seio da referida Câmara, de um sector «Livros» que congregue as entidades interessadas no incremento do intercâmbio, neste campo, entre Portugal e Espanha.

Como primeira iniciativa desse grupo, realizou-se na Sociedade Nacional de Belas-Artes, de 6 a 24 de Novembro seguinte, uma Exposição do Livro Espanhol, a cuja inauguração assistiu o Chefe de Estado, estando incluídos na mesma cerca de cinco mil volumes seleccionados entre a produção editorial do país vizinho, a partir de 1970. Esse número, já de si bastante elevado, mas ainda inferior aos sete mil que primitivamente se quis expor e que foi reduzido por falta de espaço, permitiu apresentar uma vasta gama de obras publicadas em Espanha, predominando os livros técnicos, sobretudo Engenharia, Medicina, Arquitectura, Física e Química.

Segundo declarações do director do Instituto do Livro Espanhol aos jornalistas que visitaram a mostra, esta surtia como resposta ao compromisso assumido pelos editores espanhóis que tinham estado presentes na «Filgráfica-1973». Esperava-se que, em troca, os editores portugueses realizassem exposições em toda a Espanha, durante o ano de 1974, prometendo para elas o apoio do Instituto do Livro Espanhol.

No âmbito do programa desta Exposição foram ainda exibidos, nas montras de 24 livrarias lisboetas que se inscreveram como «colaboradoras» desta iniciativa, os títulos mais significativos de obras de origem espanhola.

Realizou-se, por último, em 20 de Novembro, um encontro luso-espanhol de livreiros, durante o qual o secretário-geral do Instituto Nacional do Livro, António Nolla, versou as relações entre os editores e autores espanhóis, os problemas da indústria do papel, relativamente aos editores-livreiros, os casos aduaneiros a que estão sujeitos os livros espanhóis, os monopólios de venda de livros, e a introdução da computarização no trabalho editorial.

Na sua comunicação «Panorama da Indústria Editorial Espanhola — Projectos e realidades», Eduardo Nolla referiu-se, também, à criação de um número internacional para identificação dos livros, correspondendo os seus algarismos à nacionalidade da obra, identificação do editor, e outras referências de interesse. A prática de atribuir a cada livro um número internacional virá, ainda, a facilitar a organização do depósito legal em todos os países, considerando-se também a possibilidade de atribuir aos leitores, consoante os seus interesses, um número possível de ser tratado por computador.

A abrir a sessão, o conselheiro dos Assuntos Culturais da Embaixada de Espanha, Dr. Ibañez, referiu-se à importância do encontro, que reuniu cerca de 400 editores e livreiros.

Como nota final, apenas um breve comentário: após o do Brasil, o mercado espanhol (e, de um modo geral, o da América Latina) deve constituir o principal objectivo dos nossos editores para a colocação do livro português. O mesmo pensam, em relação a nós, os editores do país vizinho. A similitude das línguas e de situações indicam que seria de toda a conveniência a prossecução deste intercâmbio. Lembremos, como simples exemplo, já apontado, aliás, em comunicação de um nosso redactor ao XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Lisboa, 1970, o muito que se poderia fazer, no campo das traduções de livros técnicos, face à verdadeira explosão (ou inflação, se o preferirmos) de títulos em inglês e alemão que já chegaram a desterrar o próprio e também universal francês.

O intercâmbio entre editores portugueses e espanhóis — eis uma iniciativa que se desejaria ver prosseguida a bem da cultura das duas Nações peninsulares.

II Jornadas Nacionais de Informação Técnica — Porto, 1973

Nos dias 18 e 19 de Outubro do ano passado, um pouco antes, portanto, das I Jornadas para o Desenvolvimento de que neste número damos ampla notícia, realizaram-se as II Jornadas Nacionais de Informação Técnica, promovidas pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial e pela Secção Regional da Ordem dos Engenheiros. Destinaram-se as mesmas especialmente às empresas que necessitam receber e manter em estado de utilização permanente uma informação técnica actualizada.

Dois especialistas estrangeiros deram a sua colaboração: Pierre Miallet, delegado geral da Fondation pour l'Innovation (Paris), dissertou sobre a «Problemática da informação na pequena e média empresa» e o Dr. Hertert Schur, da Sheffield University, tratou da «Formação de especialistas e utilizadores da informação». Além destes temas, foram também apresentados outros trabalhos sobre «Sistemas integrados de informação para a indústria» e sobre a «Informação técnica no interior da empresa e o contexto da indústria», assim como um estudo do Dr. Nandim de Carvalho, da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, sobre «Transferências de tecnologia».

Cursos da Psicoforma

Promovido pelo Centro de Psicologia e Formação, vai decorrer em Lisboa, no ano corrente, um ciclo de cursos sobre *Técnicas de Arquivo, Documentação e Informação*.

Assim teremos, de 12 a 15 de Fevereiro, o 1.º curso orientado pela colega Maria Teresa Mantero, subordinado ao tema: *Arquivos: Organização e gestão*. De 11 a 14 de Março, o curso será orientado pela colega

Maria Fernanda de Brito que versará o tema: *Organização e administração de bibliotecas*. De 27 a 31 de Março, a colega Fernanda de Brito voltará a dirigir outro curso sobre: *Aperfeiçoamento de técnicas de catalogação, classificação e indexação*. Finalmente, de 15 a 18 de Abril, a colega Maria Helena Porto Costa encarregar-se-á do tema: *Técnicas de documentação e informação*.

Conferência Europeia de Pesquisa

A ASLIB, em colaboração com a Association Nationale de la Recherche Technique, a Bibliothèquc Royale de Belgique, o Consiglio Nazionale delle Ricerche, a Deutsche Gesellschaft für Dokumentation, NOBIN e NORDFORSK, realizou em Paris, de 20 a 22 de Novembro passado, uma conferência europeia de pesquisa sobre a gestão dos serviços de informação e das bibliotecas (EURIM). Os temas foram agrupados em quatro secções principais: necessidades de informação e perfis do utilizador; metodologia e técnicas; custos e estudo sobre avaliações; gestão, plano de acção e planeamento.

Organização do Tratado do Atlântico Norte — Curso de administração de bibliotecas

Vai realizar-se, de 20 a 31 de Maio do ano corrente, na Universidade Técnica Nacional de Atenas, um Curso de administração científica e gestão de Bibliotecas e Centros de documentação.

As inscrições terminam em 31 de Janeiro, sendo o número de participantes limitado a 60 pessoas.

Póvoa de Varzim: uma terra em franco progresso em todos os domínios — conclusão de uma conversa com o Dr. Flávio Gonçalves

Elevada recentemente à categoria de cidade, a Póvoa de Varzim acelera cada vez mais o seu surto infatigável de progresso. Situada numa região de grande densidade demográfica e centro de indústrias muito diversificadas, contando ainda com uma população que sabe lutar pela sua terra, a Póvoa de Varzim apresenta-se, nos dias de hoje, como uma promissora realidade em todos os campos da actividade humana.

Esta breve nota pretende apenas focar o domínio cultural onde a Póvoa ocupa um lugar cimeiro entre as suas congéneres. Para já, podemos referir a sua Biblioteca Municipal. Alojada antes num edifício de precárias condições, foi há cerca de oito anos transferida para o edifício da própria Câmara, para salas que tinham ficado devolutas com a saída do Tribunal da Comarca para o Palácio da Justiça. Embora se possa sempre considerar deficiente a instalação de uma biblioteca em edifício que não seja expressamente construído para a alojar, temos de admitir que a adaptação foi realizada com a maior consciência sob a direcção do então Engenheiro da Câmara Carneiro da Silva.

A transferência da própria biblioteca em si, que foi bastante morosa e delicada, uma vez que havia que respeitar cotas e fundos constituídos à parte, foi realizada sob a direcção de um bibliotecário, expressamente contratado para o efeito. Isso patenteia, de modo inequívoco, um critério de selecção de métodos e de pessoas que gostaríamos de ver seguido noutros lados. A Câmara da Póvoa, a cujo pelouro cultural presidia então o Padre Manuel Amorim, deu nisso estremada lição.

As estantes metálicas da Biblioteca acham-se hoje revestidas de madeira trabalhada, de modo a harmonizarem-se com o aspecto geral da grande sala que lhe foi destinada e seus anexos.

É evidente, porém, que uma biblioteca não servirá a população que deve servir se se limitar aos seus aspectos materiais. Nessa ordem de ideias, tivemos com o Dr. Flávio Gonçalves, filho da Póvoa de Varzim e ilustre investigador da sua história, conhecido nos meios cultos do País e estrangeiro especialmente pelos seus trabalhos de história da arte, uma conversa que aflorou a situação da Biblioteca Municipal da Póvoa.

Referindo-se às necessidades mais prementes e na sua qualidade de utilizador assíduo da mesma, aludiu o nosso interlocutor à necessidade da reforma do catálogo de autores e à sua futura publicação. É de notar que a Biblioteca conta com um profuso conjunto de obras da autoria de poveiros ilustres. Entre elas, acham-se muitas edições de Eça de Queirós e de Rocha Peixoto, duas destacadas figuras da intelectualidade do seu tempo e de sempre. Por outro lado, existem ainda apreciáveis colecções de jornais poveiros, a maioria delas bastante completas. A mesma não terá, no seu género, muitos competidores. Se bem contamos, apenas as Bibliotecas Municipais de Lisboa (Galveias), Porto, Coimbra e Elvas guardarão, nas suas estantes, colecções tão completas dos jornais que nestas terras se foram publicando ao longo dos anos.

Da conversa com o Dr. Flávio Gonçalves ficou-nos a ideia de que a Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim poderia ser mais outra biblioteca-piloto destinada não só aos estudiosos da cidade, mas também a servir como centro de leitura, de convívio, de cultura a todos os níveis. Mas, para isso, claro, seriam necessárias outras instalações e pessoal com as habilitações adequadas.

Uma referência ainda para uma obra de grande projecção: a Póvoa de Varzim dispõe de um boletim cultural que tem o nome da própria cidade. Dirigido desinteressadamente, desde há dez anos, pelo Dr. Flávio Gonçalves (facto que acontece muitas vezes quando aos imperativos económicos se sobrepõem as razões espirituais do coração), conta o mesmo já com doze volumes e milhares de páginas, aparecendo com uma regularidade pendular duas vezes por ano. Entre a sua colaboração, que inclui a de alguns dos melhores especialistas nacionais em assuntos de etnografia, história, arqueologia, arte, literatura, etc., conta-se a do nosso colega Dr. Jorge Peixoto, que nele tem publicado interessantes páginas sobre Francisco Gomes de Amorim, biógrafo de Garrett, outro dos homens ilustres que viu a luz do dia na Póvoa de Varzim.

O número que tivemos ocasião de folhear apresentava, excepcionalmente, apenas estudos dos investigadores poveiros Padres Mário César Marques e Manuel Amorim, e dos Drs. Jorge Barbosa, João Marques e Flávio Gonçalves. Não é caso inédito entre nós (e disso até «Cadernos» são a prova) que uma revista se presta mais do que qualquer outra actividade para a formação de um escol cultural em volta de uma ideia. A que Flávio Gonçalves defende — o progresso da Póvoa de Varzim em todos os domínios — merece o nosso franco aplauso e a esperança de que a Biblioteca Municipal da cidade possa tornar-se, no futuro, um grande centro de actividades culturais.

Eurico Gama de novo à frente da Biblioteca Municipal de Elvas

Após alguns anos de ausência, a Biblioteca Municipal de Elvas voltou a ser dirigida pelo conhecido escritor e investigador elvense Eurico Gama. Afastado das suas funções por uma questão de divergência de critérios administrativos, estranhos de todo ao papel que desempenhava na Biblioteca, Eurico Gama sofreu nessa altura um rude golpe que bastante abalou a sua saúde. O tempo, porém, se encarregou de mostrar a falta que à Biblioteca de Elvas fazia este nosso Amigo. Foi, por isso, a própria Câmara que reconsiderou sobre a decisão tomada, pedindo-lhe que voltasse a assumir o lugar de que fora afastado. Aliás, a «culpa» de Eurico Gama tinha como origem o seu entranhado amor a Elvas — espécie de amor que nem todos podem sentir nos dias de hoje.

«Cadernos», que ofereceram a Eurico Gama a sua solidariedade por alturas do lamentável caso e não esquecerem a colaboração que prestou aos nossos três primeiros Encontros, congratulam-se com a sua recondução e fazem votos por um longo e frutuoso trabalho à frente da «sua» Biblioteca.

Manuscritos que foram a leilão (Lisboa)

Terminou a série de leilões que uma firma especializada tem vindo a efectuar — durante a qual foram postas em praça muitas obras, algumas de grande raridade, particularmente manuscritos históricos e literários, desenhos, gravuras e várias primeiras edições.

As peças leiloadas suscitaram grande interesse por parte do sector intelectual ligado ao mundo do livro. Importa salientar três cartas originais e inéditas de Afonso XIII, de Espanha, a D. Manuel II de Portugal (5-2 e 10-9 de 1908 e 6-4 de 1910); cinco cartas originais de D. Pedro V ao ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros (1861).

Foi arrematado por 36 000\$00 o original «Os Meus Desenhos», da rainha D. Amélia, e por 12 000\$00 a obra «Ourivesaria portuguesa», de Reinaldo dos Santos. Entre os compradores de raridades, contavam-se representantes da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo.

NOTÍCIAS VÁRIAS

INCORPORAÇÃO DE LIVROS PAROQUIAIS

CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE ALMADA

Para os devidos efeitos e de harmonia com o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915, se publica a relação dos livros paroquiais da Conservatória do Registo Civil de Almada incorporados no Arquivo Distrital de Setúbal, nos termos do artigo 49.º do Código do Registo Civil:

Concelho de Almada:

Freguesia de Almada:

1	livro de assentos de baptismos de	1862 a 1865
1	» » » » » »	» 1865 » 1867
1	» » » » » »	» 1868 » 1869
1	» » » » » »	» 1869 » 1870
1	» » » » » »	» 1870 » 1872
1	» » » » casamentos	» 1865 » 1870
1	» » » » óbitos	» 1850 » 1867
1	» » » » » »	» 1867 » 1870

Freguesia da Caparica:

1	livro de assentos de baptismos de	1862 a 1863
1	» » s » » »	» 1865 » 1869
1	» » » » casamentos	» 1861 a 1863
1	» » » » » »	» 1863 » 1871
1	» » » » óbitos	» 1862 » 1868

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 282, 1973-12-4)

LEGISLAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Decreto-Lei n.º 582/73
de 5 de Novembro

Organização da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

III — Do pessoal

Artigo 17.º — 1. As formas de recrutamento e os regimes de provimento do pessoal da Direcção-Geral serão os estabelecidos no Decreto-Lei n.º 201/72, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:

d) O lugar de documentalista de 1.ª classe será provido de entre diplomados com curso superior e habilitados com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecários arquivistas e documentalistas (...).

(*Diário do Governo*, I Série, n.º 258, 1973-11-5)

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR
GABINETE DO MINISTRO

Decreto-Lei n.º 583/73 de 6 de Novembro

Título I

Natureza, atribuições e competência da Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Título III

Pessoal

Capítulo I

Subsecção II

Pessoal Técnico

Artigo 83.º — O pessoal técnico compreende [entre outras] as categorias: documentalista de 2.ª classe, documentalista-adjunto, ajudante de documentalista, catalogador-arquivista e auxiliar de documentalista (...).

.....

Capítulo II

Título V

Disposições finais e transitórias

Artigo 107.º — 1. São integrados na Junta de Investigações Científicas do Ultramar, o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e a Filmoteca Ultramarina Portuguesa.

2. A actual orgânica e funcionamento destes organismos continuarão em vigor enquanto não for publicado o regulamento a que se refere o artigo 123.º do presente diploma.

Artigo 108.º — 1. É integrado na Junta de Investigações Científicas do Ultramar o Arquivo Histórico Ultramarino.

2. O director do Arquivo Histórico Ultramarino, que passa a ter a categoria de investigador (Letra D) é nomeado pelo Ministro do Ultramar, sob proposta do presidente da Junta.

Artigo 109.º — 1. O actual Centro de Documentação Científica Ultramarina é integrado no Centro de Documentação e Informação, que será objecto de regulamentação especial a publicar no prazo de cento e oitenta dias a partir da entrada em vigor do presente diploma.

2. Os serviços de documentação e informação deverão seguir os processos técnicos de compilação, classificação e difusão que tornem mais fácil e imediata a sua utilização.

3. Os serviços de documentação e informação deverão encontrar-se permanentemente actualizados e cumprir-lhes-á assegurar a necessária publicidade dos elementos recebidos.

4. Para o pessoal adjunto dos serviços de documentação e informação é obrigatório o conhecimento, devidamente comprovado, de, pelo menos, uma língua estrangeira.

Artigo 110.º — São integrados no Centro de Documentação e Informação da Junta de Investigações Científicas do Ultramar os demais núcleos de documentação e informação existentes no Ministério do Ultramar.

Artigo 111.º — A Biblioteca do Ministério do Ultramar é integrada na Junta de Investigações Científicas do Ultramar, funcionará na dependência do Arquivo Histórico Ultramarino e receberá assistência e orientação técnica do Centro de Documentação e Informação.

.....

Artigo 113.º — São integrados na Junta de Investigações Científicas do Ultramar os arquivos históricos das províncias ultramarinas, que funcionarão na dependência dos institutos provinciais e centro de estudos provinciais e sob a orientação técnica do Arquivo Histórico Ultramarino.

.....

Artigo 115.º — 2. O núcleo bibliográfico científico da antiga biblioteca do Museu da Guiné Portuguesa, existente na actual Biblioteca Nacional da Guiné, será transferido e reintegrado na Biblioteca daquele Museu.

.....

Artigo 122.º — São integrados no Departamento de Museologia, Bibliotecas e Arquivos do Instituto de Investigação Científica de Angola o Arquivo Histórico de Angola e o Arquivo Geral de Angola.

Artigo 123.º — Nos institutos centrais os centros e o Arquivo Histórico Ultramarino reger-se-ão segundo regulamentos próprios a publicar no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data do presente diploma.

(*Diário do Governo*, I Série, n.º 259, 1973-11-6)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
GABINETE DO MINISTRO

Decreto-Lei n.º 599/73
de 8 de Novembro

O Decreto-Lei n.º 436/73, de 28 de Agosto, que aprovou o novo quadro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, representou uma fase importante na remodelação geral das bibliotecas dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Torna-se, porém, indispensável tomar algumas medidas complementares com vista a possibilitar àquela Biblioteca Geral a realização de contratos de pessoal além do quadro que permitam resolver situações de carácter transitório até à sua completa organização.

Nestes termos:

Artigo 1.º — O Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 436/73, de 28 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 4.º — 1. O pessoal nomeado ou contratado que actualmente presta serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra será provido em lugares idênticos ou de categoria equivalente do quadro anexo ao presente diploma, mediante lista aprovada pelo Ministro da Educação Nacional e publicada no Diário do Governo, independentemente de outras formalidades, salvo a anotação das novas situações pelo Tribunal de Contas, mantendo-se válidos os respectivos contratos até à publicação da referida lista.

3. O pessoal contratado que não for possível prover nos termos previstos no n.º 1 deste artigo transita para a Biblioteca Geral na situação em que se encontra à data da publicação deste decreto-lei.

4. Os actuais funcionários do quadro da Biblioteca que não for possível prover nos termos do n.º 1 deste artigo continuarão ao serviço, sem perda dos direitos adquiridos e na situação de supranumerários ao quadro.

Artigo 2.º — 1. O Ministro da Educação Nacional poderá autorizar que pelas disponibilidades de vencimentos ou por força de verbas especialmente inscritas para vencimentos e salários seja contratado além do quadro pessoal técnico, administrativo ou auxiliar destinado a ocorrer a necessidades eventuais ou extraordinárias dos serviços.

2. A utilização das disponibilidades de vencimento do pessoal dos quadros para efeitos do disposto no presente artigo carece de prévia autorização do Ministro das Finanças.

(Diário do Governo, I Série, n.º 261, 1973-11-8)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
GABINETE DO MINISTRO

Decreto-Lei n.º 613/73
de 15 de Novembro

V — Disposições finais e transitórias

Art. 25.º — 1. Enquanto não for criado um centro de documentação no Ministério da Educação Nacional que integre todos os serviços congêneres dos serviços centrais, mantém-se, no Instituto de Alta Cultura, o actual Centro de Documentação Científica.

Quadro C que se refere o n.º 1 do artigo 18.º

N.º de lugares	Cargos	Categorias
3	Especialista-documentalista	E
3	Documentalistas de 1.ª classe	H
1	Primeiro Bibliotecário-arquivista	H

(Diário do Governo, I Série, n.º 267, 1973-11-15)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Por despacho de S. Ex.^a o secretário de Estado da Instrução e Cultura de 10 de Agosto de 1973: Aprovados os estatutos da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com sede em Lisboa, nos termos da alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 582/73, de 5 de Novembro.

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 296, 1973-12-21)

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Portaria n.º 85/74
de 6 de Fevereiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional, que, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 490/73, de 2 de Outubro, seja criada a Biblioteca Popular de Ludlow, Massachusetts, Estados Unidos da América, para funcionar na Escola Portuguesa Professor Marcelo Caetano.

(*Diário do Governo*, I Série, n.º 31, 1974-2-6)

LISTAS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída para consulta a lista de antiguidade do pessoal do (da):

- Arquivo Distrital do Funchal (*Diário do Governo*, II Série, n.º 58, 1974-3-9).
- Arquivo Distrital de Portalegre (*Diário do Governo*, II Série, n.º 59, 1974-3-11).
- Arquivo Distrital do Porto (*Diário do Governo*, II Série, n.º 54, 1974-3-5).
- Arquivo Distrital de Setúbal (*Diário do Governo*, II Série, n.º 61, 1974-3-13).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*Diário do Governo*, II Série, n.º 56, 1974-3-7).
- Arquivo da Universidade de Coimbra (*Diário do Governo*, II Série, n.º 56, 1974-3-7).
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (*Diário do Governo*, II Série, n.º 37, 1974-2-13).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo (*Diário do Governo*, II Série, n.º 60, 1974-3-12).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (*Diário do Governo*, II Série, n.º 61, 1974-3-13).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (*Diário do Governo*, II Série, n.º 32, 1974-2-7).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria (*Diário do Governo*, II Série, n.º 61, 1974-3-13).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada (*Diário do Governo*, II Série, n.º 53, 1974-3-4).

LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

Arquivo Distrital de Aveiro — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 61, 1974-3-13).

Arquivo Distrital de Faro — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 49, 1974-2-27).

Arquivo Distrital de Setúbal — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 278, 1973-11-28).

Arquivo Distrital de Viseu — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 44, 1974-2-21).

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças — Um lugar de terceiro-conservador e vagas que eventualmente ocorram durante o correspondente período de validade do concurso. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 239, 1973-10-12).

- Arquivo Histórico do Ministério das Finanças — Um lugar de terceiro-conservador e vagas que eventualmente venham a ocorrer durante o prazo de validade do concurso. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 54, 1974-3-5). (Este concurso já havia sido aberto em 1973-10-12, *Diário do Governo*, II Série, n.º 239).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Um lugar de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 51, 1974-3-1).
- Biblioteca da Ajuda — Um lugar de terceiro-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 51, 1974-3-1).
- Biblioteca Nacional de Lisboa — Um lugar de terceiro-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 46, 1974-2-23).
- Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra — Um lugar de terceiro-bibliotecário e vagas que eventualmente ocorram durante o correspondente período de validade do concurso. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 239, 1973-10-12).
- Câmara Municipal de Lisboa — Três lugares de terceiro-bibliotecário e vagas que eventualmente ocorram durante o prazo de validade do concurso. (*Diário do Governo*, III Série, n.º 24, 1974-1-29).
- Câmara Municipal do Porto — Três lugares de terceiro-bibliotecário. (*Diário do Governo*, III Série, n.º 34, 1974-2-9).
- Escolas Normais Superiores — Um lugar de bibliotecário para cada uma das seguintes Escolas Normais Superiores: Beja, Bragança, Castelo Branco, Funchal, Guarda, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre e Viseu. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 41, 1974-2-18).
- Institutos Politécnicos — Um lugar de bibliotecário para cada um dos seguintes Institutos Politécnicos: Coimbra, Covilhã, Faro, Lisboa, Leiria, Porto, Setúbal, Santarém, Tomar e Vila Real. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 41, 1974-2-18).
- Reitoria da Universidade de Lisboa — Um lugar de segundo-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 237, 1973-10-10).
- Secretariado Técnico da Presidência do Conselho — Um lugar de técnico especialista de tratamento da informação e documentação económicas. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 63, 1974-3-15).
- Universidade de Coimbra — Dois lugares de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 55, 1974-3-6).
- Universidade de Lisboa — Quatro lugares de terceiro-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 55, 1974-3-6).
- Universidade de Lisboa — Dois lugares de segundo-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 55, 1974-3-6).
- Universidade Nova de Lisboa, Aveiro e Minho e Instituto Universitário de Évora — Um lugar de director dos serviços de documentação para cada um destes estabelecimentos de ensino superior. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 279, 1973-11-29).

MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

- * Licenciada Maria Emília Pereira de Figueiredo — contratada para, como primeiro-bibliotecário, prestar serviço no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 230, 1973-10-1).
- * José Luís Glória Franco — nomeado, para exercer, em regime de contrato, funções de documentalista de 2.ª classe dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 230, 1973-10-1)

- * Maria Teresa de Aragão Carvalho — nomeada para exercer, em regime de contrato, funções de documentalista auxiliar de 2.ª classe dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 230, 1973-10-1)
- * Henrique Rodrigues de Sena Fernandes, licenciado em Direito — nomeado definitivamente no cargo de bibliotecário da Biblioteca Nacional de Macau.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 235, 1973-10-8)
- * Doutor João Luís Leão Cabreira de Oliveira Cabral, nomeado bibliotecário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 237, 1973-10-10)
- * Licenciada Maria Emília Pereira de Figueiredo — promovida a primeiro-bibliotecário, para prestar serviço no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 239, 1973-10-12)
- * José Luís Pereira de Mesquita — nomeado para exercer, em regime de contrato, funções de técnico de documentação—chefe dos serviços complementares do Fundo do Fomento da Mão-de-Obra.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 239, 1973-10-12)
- * Doutor António Correia Alves — nomeado bibliotecário da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 242, 1973-10-16)
- * Doutor Manuel Paulo Rendeiro Marques — nomeado director da Biblioteca da Escola Superior de Medicina Veterinária, da Universidade Técnica de Lisboa, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 243, 1973-10-17)
- Licenciada Maria José Sabino de Moura, segundo-bibliotecário da Universidade de Lisboa — concedida equiparação a bolseiro fora do País, de 10 de Setembro a 10 de Novembro de 1973.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 244, 1973-10-18)
- * Doutor João Adriano Borralho da Graça — nomeado bibliotecário da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 244, 1973-10-18)
- * Doutor Filipe de Paiva Castelbranco Leite Brandão — nomeado bibliotecário da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 244, 1973-10-18)
- * Doutor José Baeta Cardoso do Vale — nomeado bibliotecário da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 246, 1973-10-20)
- * Licenciada Rosa Maria Saraiva da Mouta Dias — contratada para primeiro-bibliotecário além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 246, 1973-10-20)
- * Licenciada Dulce Barbosa Geraldês — contratada para, como terceiro-conservador, prestar serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 247, 1973-10-22)
- * Bacharel Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz, terceiro-conservador além do quadro da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo — equiparado a bolseiro do Estado durante o período em que frequentar o estágio de preparação técnica dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 248, 1973-10-23)

* Licenciado Filinto Artur Girão de Oliveira Veloso Osório, terceiro-conservador do Arquivo Nacional da Torre de Tombo, na situação de licença ilimitada — exonerado, a seu pedido, por ter tomado posse em 1 de Abril de 1971 do lugar de professor auxiliar do 4.º grupo dos liceus.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 249, 1973-10-24)

* Maria Alice Lami Tavares Chicó — nomeada por dois anos, primeiro-bibliotecário da Universidade de Luanda.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 250, 1973-10-25)

* Licenciada Maria Laura da Silva Pereira Nobre dos Santos, segundo-bibliotecário, em serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa — reconduzida definitivamente nas respectivas funções, a partir de 5 de Agosto último.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 250, 1973-10-25)

* Engenheiro Agrónomo Luís Aníbal Valente de Almeida, nomeado bibliotecário do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, para o triénio de 1973-1976.

(*Diário do Governo*, II Série n.º 251, 1973-10-26)

* Licenciada Dulce Barbosa Geraldês — contratada para, como terceiro-bibliotecário, prestar serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (Rectificação).

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 254, 1973-10-30)

* Lista provisória dos candidatos ao concurso para primeiro-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais da Câmara Municipal de Lisboa, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, III Série, n.º 48, de 26 de Fevereiro do corrente ano:

Candidatos admitidos:

Deolinda da Conceição Santos de Matos

Maria Eugénia Barreto Júdice Ramos Guimarães de Castro

Maria Guiomar Viegas Rebelo de Boadita Ferrão

Orlando de Jesus Monteiro

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 254, 1973-10-30)

* Doutor Eduardo Silvério Abranches de Soveral — nomeado bibliotecário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para o triénio de 1973-1976.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 255, 1973-10-31)

* Bacharel Mariana de Freitas Prazeres Júlio Miranda de Mesquita, terceiro-conservador em serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — provida definitivamente no referido cargo.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 257, 1973-11-3)

* Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque — nomeado bibliotecário da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, para o triénio de 1973-1976.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 260, 1973-11-7)

* Licenciada Maria Alice Baptista Velho Melo Falcão de Almeida Curado — promovida a segundo-bibliotecário para prestar serviço na Reitoria da Universidade de Coimbra.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 260, 1973-11-7)

* Licenciada Maria Camila Duarte Lumiar Ramos, director (terceiro-conservador) do Arquivo Distrital de Aveiro — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provida noutra lugar.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 260, 1973-11-7)

* Lista definitiva do candidato ao concurso documental para terceiro-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais da Câmara Municipal de Lisboa, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª Série, n.º 295, de 21 de Dezembro do ano findo:

Candidata admitida: Filipa Nunes Rosa

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 261, 1973-11-8)

* Doutor Renato da Silva Leal — nomeado bibliotecário da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 269, 1973-11-17)

* Lista definitiva dos candidatos ao concurso para primeiro-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais da Câmara Municipal de Lisboa, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª Série, n.º 48, de 26 de Fevereiro do corrente ano:

Candidatos admitidos:

Deolinda da Conceição Santos de Matos

Maria Eugénia Barreto Júdice Ramos Guimarães de Castro

Maria Guiomar Viegas Rebelo de Boadita Ferrão

Orlando de Jesus Monteiro

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 272, 1973-11-21)

* Licenciada Maria Emília Pereira de Figueiredo, segundo-bibliotecário, em serviço na Reitoria da Universidade de Lisboa — exonerada, a seu pedido, por ter sido provida noutra lugar.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 277, 1973-11-27)

* Licenciada Rosa Maria Saraiva da Mouta Dias, segundo-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (sic) — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato por ter sido provida noutra lugar.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 277, 1973-11-27)

* Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, professor bibliotecário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, por ter sido provido noutra lugar.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 278, 1973-11-28)

* Bacharel Maria Teresa Azougado Reis Temudo — anulado o provimento do cargo de segundo-bibliotecário, para prestar serviço na Reitoria da Universidade de Lisboa, lugar em que foi promovida e não chegou a tomar posse.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 284, 1973-12-6)

* Nos termos do artigo 21.º do Decreto n.º 27236, de 23 de Novembro de 1936, se publica a lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso de admissão de técnicos de 2.ª classe do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, II Série, n.º 162, de 12 de Julho do corrente ano

.....
Como técnicos para documentação:

Clara Estefânia Calado de Oliveira e Silva

Maria Rosa Marques Sila Dias Costa

Maria Stella de Jesus Afonso

Natércia Ferreira de Brito Camacho da Rocha

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 285, 1973-12-7)

* Por ter saído com inexactidão no *Diário do Governo*, 2.ª Série, n.º 260, de 7 de Novembro findo, novamente se publica o seguinte:

* Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque — nomeado bibliotecário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 286, 1973-12-10)

* Licenciada Maria da Conceição Osório Dias Gonçalves — exonerada, a seu pedido, do lugar de primeiro-bibliotecário da Universidade de Luanda.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 294, 1973-12-19)

* Maria Manuela da Silva Nunes Ribeiro Cruzeiro — nomeada provisoriamente primeiro-bibliotecário arquivista do quadro do pessoal maior do Instituto Nacional de Estatística.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 295, 1973-12-20)

* Doutor Luís de Matos, nomeado professor-bibliotecário do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 299, 1973-12-27)

* Doutor Walter de Sousa Medeiros, nomeado bibliotecário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para o triénio de 1973-1976.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 301, 1973-12-29)

* Nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto n.º 27236, de 23 de Novembro de 1936, as listas de classificação dos candidatos admitidos definitivamente ao concurso para admissão de técnicos de 2.ª classe do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, aberto por aviso publicado no *Diário do Governo* 2.ª Série, n.º 162, de 12 de Julho de 1973, são as seguintes:

.....
Para técnicos de documentação:

1.º — Natércia Ferreira de Brito Camacho da Rocha

2.º — Maria Rosa Marques Sila Dias da Costa

3.º — Clara Estefânia Calado de Oliveira e Silva

4.º — Maria Stela de Jesus Afonso

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 2, 1974-1-3)

* Doutor António Ferreira Ferrer Correia — nomeado bibliotecário da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, para o triénio de 1973-1976.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 8, 1974-1-10)

* Licenciada Maria Alice Baptista Velho Melo Falcão de Almeida Curado, terceiro-conservador, em serviço na Reitoria da Universidade de Coimbra — exonerada, a seu pedido, por ter sido provida noutra lugar.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 8, 1974-1-10)

* Bacharel Natália da Conceição Nunes Rocha, terceiro-bibliotecário, em serviço na Biblioteca da Ajuda — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir do dia 1 de Dezembro findo.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 9, 1974-1-11)

* Delmonte Nolasco Fernandes de Vasconcelos, bibliotecário-documentalista do quadro comum dos Serviços do Comércio e Abastecimentos do Estado de Angola — confirmado o parecer da Junta de Saúde do Ultramar, que, em sessão de 3 do corrente mês, o julgou incapaz para o serviço.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 13, 1974-1-16)

* Maria Manuela de Oliveira Barbosa Gama da Costa Figueira, bibliotecária do Instituto do Café de Angola — reconduzida no referido cargo.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 16, 1974-1-19)

* Para devido conhecimento, faz-se público que a única candidata ao concurso documental para provimento do lugar de director da Biblioteca Nacional de Angola, licenciada Maria da Graça Chorão de Almeida Lima Correia, foi excluída por não satisfazer o exigido na alínea b) do n.º 2 do aviso de abertura do referido concurso, publicado no *Diário do Governo*, II Série, n.º 128, de 31 de Maio último.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 16, 1974-1-19)

* Licenciada Rosa Maria Saraiva da Mouta Dias, segundo-bibliotecário além do quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provida noutra lugar.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 18, 1974-1-22)

* José Eduardo Cabral Mimoso Serra — nomeado para exercer, em regime de contrato, funções de técnico documentalista especial dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 21, 1974-1-25)

* Para os devidos efeitos e conhecimento do interessado se anuncia que no concurso documental para terceiro-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos Serviços Especiais da Câmara Municipal de Lisboa, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª Série, n.º 295, de 21 de Dezembro de 1972, foi aprovada a candidata Filipa Antunes Rosa.

A deliberação do Júri foi homologada por despacho da Presidência de 14 do corrente mês.

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 23, 1974-1-28)

* Para os devidos efeitos e conhecimento dos interessados se anuncia que no concurso documental de promoção para primeiro-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais da Câmara Municipal de Lisboa, a que se refere o aviso publicado no Diário do Governo, 3.ª Série, n.º 48, de 26 de Fevereiro do ano findo, foram aprovados os seguintes candidatos:

1.º Deolinda da Conceição Santos de Matos e Maria Guiomar Viegas Rebelo de Boadita Ferrão

2.º Orlando de Jesus Monteiro

3.º Maria Eugénia Barreto Júdice Ramos Guimarães de Castro

Estas classificações foram homologadas por despacho da presidência de 14 do corrente mês.

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 24, 1974-1-29)

* Bacharel Maria Luísa Rosendo Cabral — nomeada documentalista de 1.ª classe do quadro único do pessoal administrativo, técnico auxiliar e auxiliar dos serviços e órgãos centrais do Ministério da Educação Nacional.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 25, 1974-1-30)

* Engenheiro Eduardo Jaime Sampaio Franco, especialista de situação vitalícia do quadro permanente — nomeado para exercer as funções de chefe da Divisão de Documentação e Informação do Serviço Técnico Geral do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 37, 1974-2-13)

* Licenciada Alda Neto David dos Reis Neves Lima — nomeada definitivamente director dos Serviços de Documentação e Informação da Universidade de Lourenço Marques.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 38, 1974-2-14)

* Bacharel Luís de Gouveia Aveiro, terceiro-bibliotecário em serviço no Instituto Superior de Agronomia — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir de 1 do corrente mês.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 38, 1974-2-14)

* Licenciada Maria Alzira Proença Simões — contratada para, como terceiro-conservador, exercer as funções de terceiro-conservador (director) do Arquivo Distrital de Santarém.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 41, 1974-2-18)

* Maria Teresa Falcão Antunes — nomeada para exercer, em regime de contrato, funções de documentalista especial dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 41, 1974-2-18)

* Rescindido o contrato mediante o qual Maria de Lurdes Ribeiro Videira vinha exercendo o cargo de técnico de documentação profissional estagiário nos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, com efeitos a partir de 8 de Janeiro de 1974, em virtude de nessa data ter tomado posse de outras funções nos mesmos serviços.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 41, 1974-2-18)

* Doutor António José de Amorim Robalo Cordeiro, nomeado bibliotecário da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, para o triénio de 1973-1976.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 44, 1974-2-21)

* Rescindido o contrato mediante o qual Maria Teresa Monteiro Freire Temudo de Araújo Campos vinha exercendo o cargo de documentalista de 2.ª classe nos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, com efeitos a partir de 31 de Outubro de 1973, em virtude de nessa data ter tomado posse de outras funções nos mesmos serviços.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 46, 1974-2-23)